

LARISSA LOPES VIEIRA DA SILVA

A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO ÂMBITO DOS BRICS:

Estratégias e impactos.

BRASÍLIA – DF

LARISSA LOPES VIEIRA DA SILVA

A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO ÂMBITO DOS BRICS:

Estratégias e impactos.

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais pelo Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Profº Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA –DF

2018

LARISSA LOPES VIEIRA DA SILVA

A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO ÂMBITO DOS BRICS:

Estratégias e impactos.

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Relações Internacionais pelo Centro
Universitário de Brasília (UnICEUB).

Orientador: Profº Frederico Seixas Dias

Brasília, ____ de _____ de 2018.

Banca examinadora

Professor Frederico Seixas Dias
Orientador

Ricardo Avelar
Professor(a) examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, à minha família, ao meu namorado, aos meus amigos e aos meus professores incríveis, pelo acompanhamento, apoio e paciência por toda essa etapa da minha vida. Em especial, agradeço ao professor Gabriel Fonteles pelo despertar do interesse para pesquisar sobre este tema e ao professor Frederico Dias, por me guiar pelo desenvolvimento final, inspirando-me sempre a buscar pela excelência, não só neste trabalho, mas no decorrer da vida profissional como uma internacionalista.

“Organized we will stay
‘Cause living is not a benefit
Your pretention of control
Has found and imminent end
Must respect existence
Or expect resistance”

Must respect existence or expect resistance -
Violator

RESUMO

Em um mundo cada vez mais interdependente, a cooperação interestatal tem se intensificado e ganhado várias facetas: de Organizações Internacionais a regimes internacionais e arranjos *ad hoc*. Sendo assim, a balança de poder no sistema internacional não pende mais para o lado de um único país, dando maior visibilidade aos chamados países emergentes e às suas formas de cooperação, como é o caso dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), um dos arranjos da atualidade. Todavia, os países emergentes não foram os únicos novos atores a ganhar maior visibilidade: a sociedade civil foi reconhecida como um dos atores principais das Relações Internacionais e é um erro ignorá-la ao se analisar qualquer aspecto da comunidade internacional contemporânea, mesmo que sua atuação não seja, obviamente, de igual para igual com os Estados e que existam diversas barreiras que dificultam sua inserção de fato. Dessa forma, este projeto pretende analisar tanto o arranjo *ad hoc* denominado BRICS quanto suas respectivas sociedades civis organizadas, de forma a demonstrar se e como isto impacta nas políticas instituídas pelo bloco.

Palavras-chave: Sociedade civil organizada; BRICS; Sul-Sul; cooperação; Pós-colonialismo; Globalização; estratégias; impactos.

ABSTRACT

In an increasingly interdependent world, interstate cooperation has intensified and gained many facets: from international organizations to international regimes and *ad hoc* arrangements. As a result, the balance of power of the international system does not tends to one big nation, there is a greater visibility to the so-called emerging countries and their forms of cooperation, such as the BRICS countries (Brazil, Russia, India, China and South Africa), one of current arrangements. However, emerging countries were not the only new actors to gain greater visibility: civil society is recognized as one of the main actors in International Relations and it is a mistake to ignore it when analyzing any aspect of the contemporary international community, even though its performance is obviously not on an equal footing with States, and that there are several barriers that difficulties their actual insertion. Thus, this project focus on analysing both the *ad hoc* arrangement known as BRICS and its respective organized civil societies, in order to demonstrate if and how occurs the impacts on the policies instituted by It.

Keywords: Organized Civil Society; BRICS; South-South cooperation; Globalization; Post-Colonialism; strategies; impacts.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1 - Pós-Colonialismo, Globalização e Sociedade Civil	13
Capítulo 2 – BRICS: Contextualização.	27
Capítulo 3 – A Sociedade Civil Organizada no âmbito dos BRICS	40
Conclusão	52
Referências Bibliográficas.....	55

Introdução

Este trabalho trata da inserção de novos atores e sua atuação no cenário internacional, bem como da cooperação Sul-Sul. Mais especificamente, acerca da ação e posicionamento da Sociedade Civil Organizada no âmbito dos BRICS. Quando países resolvem cooperar tendo em vista seu potencial econômico, eles se importam com questões de direitos humanos e bem-estar social, trazidas pela sociedade civil organizada? É possível identificar processos efetivos de cooperação para melhoria de questões internas que não sejam meramente lucrativas ou relativas à segurança? Essas são as questões que tentarão encontrar respostas no decorrer deste trabalho.

Esta pesquisa tem como hipótese que quão maior e mais intenso for a interação entre os governos e os povos, haverá maior facilidade de encontrar soluções para os problemas nos países, pois ninguém conhece melhor as demandas de um país que a sua sociedade civil e o governo não deveria ignorar essas demandas. Quando Estados resolvem cooperar para desenvolver, esse desenvolvimento pode ser atingido mais rapidamente se as sociedades civis desses Estados, conhecedoras das falhas e interesses internos, tiverem participação efetiva nas discussões.

Este trabalho trará o histórico e o conceito de “BRICS”. Sendo o BRICS um grupo formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, que surgiu num momento de fragilidade econômica internacional: a crise internacional de 2008. Apesar do desfavorável cenário econômico, esses países continuavam crescendo economicamente, cada um a seu nível: tendo China e Índia taxas de crescimento maiores que Rússia, Brasil e África do Sul.

Devido a esse crescimento, começou-se a ser percebida a relevância de países emergentes para a economia mundial. Foi criado o G20, um fórum que incluía as grandes potências econômicas e diversas economias emergentes, e lançou-se o acrônimo BRICs.

Quando esse acrônimo foi lançado em 2001, não era esperado que esses países se juntassem para trabalhar e negociar matérias de cooperação, uma vez que são

países culturalmente diferentes, com níveis de crescimento diferentes e, além disso, são todos considerados emergentes, naquela época BRIC era só uma sigla para indicar uma futura tendência mundial. No entanto, com o passar dos anos, nota-se a incrementação e o aprofundamento da cooperação entre os Estados do BRICS, pois eles não se mantiveram presos em matérias relacionadas a economia, mas também em matérias de trocas culturais, educação e infraestrutura. O aprofundamento se deu quando resolveram dar um passo maior: a institucionalização por meio da criação de um Novo Banco de Desenvolvimento. A proposta do Banco dos BRICS seria proporcionar o desenvolvimento dos países emergentes sem a burocracia e as regras liberais do FMI e do Banco Mundial, portanto uma proposta distinta das já apresentadas, que concorreria com essas duas instituições. Devido a isso, essa decisão implica diretamente na balança de poder do sistema internacional, uma vez que tem um impacto significativo no tangente à governança global, muito mais no que diz respeito à política mundial.

No entanto, o surgimento de novos atores, com focos além de questões de poder político e financeiro, pode influenciar diretamente na forma que o banco atuará, bem como em sua criação. A Sociedade Civil Organizada possui uma ética, e, portanto, uma visão de mundo, diferente, mas não avulsa, do Estado e do Mercado, que será mais aprofundada no decorrer deste trabalho. Essa ética da Sociedade Civil tem relação direta com cultura, solidariedade e identidade, questões essas determinantes para a mobilização em torno de temas comuns de diversos povos do globo, uma vez que ela age buscando a identificação do público com suas causas.

A sociedade civil não buscará por poder militar ou lucro, mas por direitos e garantias, pois ela bem sabe que os interesses dos Estados e do Mercado em suma vão de encontro com o que é melhor para a população, e que geram mais exclusão que inclusão. Nesse sentido, a sociedade civil cobrará do Estado aquilo que deveria lhe ser garantido: direitos. Quando se trata do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, a sociedade civil se preocupará enormemente com os impactos que os referidos projetos de infraestrutura e as políticas do banco gerarão em seu meio.

Observa-se em diferentes épocas e em diferentes lugares como supostos projetos de desenvolvimento trouxeram poluição, exclusão e retrocesso nos direitos de diversas minorias. No entanto, nem o Estado nem o Mercado têm tanta consideração por isso, quando se trata de seus respectivos interesses, a menos que alguém os lembre de

que isso foi garantido por meio das leis nacionais e internacionais, as quais eles aderiram.

Esse é o campo de atuação da sociedade civil: a garantia e/ou a instituição de novos direitos, para proteger aquilo que lhe importa. Por isso, a comunicação e a mobilização da opinião pública são de importância vital para que a sociedade civil obtenha sucesso na garantia/instituição desses direitos.

Dessa forma, quanto mais rapidamente uma informação se espalha, maiores se tornam as chances da sociedade civil ser bem-sucedida, pois essas campanhas têm o intuito de gerar comoção e identificação, ou seja, a sociedade civil age por meio do impacto ao público, tentando trazê-los para o seu lado, influenciando-o a se identificar com determinadas causas. Assim sendo, este trabalho também tratará dos conceitos de globalização, pois a globalização permite um alto fluxo de informações, capital e pessoas. Esse fluxo contribui para a atuação da sociedade civil quando leva a informação a diferentes lugares do mundo de forma rápida, mudando a perspectiva da opinião pública, obrigando o Estado a agir de acordo com o que a opinião pública internacional e nacional querem. O Estado tende a acatar essas demandas, algumas vezes, devido a pressão, pois uma população desagradada com suas políticas não o deixará trabalhar em seus interesses. Há uma dificuldade maior quando se trata de Estados autoritários, como China e Rússia, mas mesmo esses quando pressionados por organismos multilaterais, após a sociedade civil levar essas indignações para estes, terminam por ceder, ainda que poucas vezes. Essas situações demonstram, ao mesmo tempo, a dificuldade da Sociedade Civil Organizada inserir-se plenamente enquanto ator de relações internacionais e a capacidade de pressionar o Estado, devido às suas poucas, mas relevantes conquistas.

No entanto, a globalização pode ser maléfica quando exclui ou ameaça aqueles a quem a sociedade civil quer proteger e que a compõem, como os povos indígenas ou as mulheres, por exemplo. Portanto, a globalização se mostrará uma via de mão dupla quando se trata dos benefícios que proporciona a sociedade civil aumentando significativamente o alcance de suas campanhas, mas por outro lado causando essa desigualdade contra a qual a sociedade civil tende a lutar contra.

Ainda sobre exclusão de minorias, há de se tratar de Pós-Colonialismo neste trabalho, uma vez que a maioria dos países integrantes do BRICS são ex-colônias europeias. Esse fator foi determinante para o desenvolvimento histórico e social dos países Brasil, Índia e África do Sul, bem como para a identificação entre suas sociedades civis. As relações ex-colônia/ex-metrópole também impactam diretamente no papel que cada país terá dentro do Sistema Internacional. Há o argumento de que as relações coloniais continuam presentes, ainda que não de forma direta. Essas relações coloniais também impactaram na produção do conhecimento. O que significa que tiveram influência na conceituação da sociedade civil, bem como houve a tentativa do Norte Global ditar como a sociedade civil do Sul Global deveria agir e o que demandar.

No último capítulo, haverá uma observação da prática da Sociedade Civil Organizada no âmbito dos países do BRICS, uma análise da atuação e da efetividade dessa atuação para demandas concretas desta. Também, os dados aqui expostos serão organizados em formas de tabelas, para melhor observação da sociedade civil frente à instituições multilaterais ou nacionais, em diferentes matérias. A relevância da atuação da Sociedade Civil Organizada no âmbito dos BRICS pode ser medida pelos impactos decorrentes de suas estratégias. Esta pesquisa busca tratar dos fatores que levam a Sociedade Civil Organizada a alcançar o sucesso diante de seus alvos.

Essa pesquisa surgiu devido a importância da Sociedade Civil para a academia de Relações Internacionais. Por ser um conceito relativamente menos estudado, porém um fenômeno cada vez mais presente, merece ser inserido cada vez mais nas discussões da academia e também ter sua relevância demonstrada teoricamente, aprofundando assim, o entendimento acerca do assunto. Quanto ao caso dos BRICS, vale ressaltar as condições históricas que contribuíram para o surgimento, bem como as peculiaridades que esse provocou no sistema internacional, uma vez que se trata de uma cooperação entre países nos quais se encontram 25% do território do planeta e aproximadamente 40% da população mundial. Para o melhor aproveitamento da cooperação e verificação dos resultados dessa, é importante ouvir a opinião de quem é diretamente afetado pelas políticas do arranjo. Portanto, é necessário compreender como povos tão culturalmente diferentes podem cooperar para terem suas demandas ouvidas, gerando desenvolvimento e beneficiando a todos.

Capítulo 1 - Pós-Colonialismo, Globalização e Sociedade Civil

Este primeiro capítulo trará a teoria Pós-Colonial e os conceitos de Globalização e Sociedade Civil. Será explorado como cada um desses fatores está relacionado com o objeto de estudo deste trabalho. Sendo a teoria Pós-Colonialista usada para explicar as relações políticas e sociais de ex-colônias e suas sociedades civis com o Sistema internacional, bem como suas contribuições acadêmicas para as Relações Internacionais; os conceitos de Globalização usados para explicar como esta afeta o mundo em que vivemos; e os conceitos de Sociedade Civil para demonstrar como esta impacta na política mundial. Toda essa parte teórica contribuirá para uma melhor observação do fenômeno BRICS e do modo de agir de suas sociedades civis.

Durante muito tempo, a Academia de Relações Internacionais bastava-se nas correntes teóricas clássicas, o Realismo e o Liberalismo, também chamado de Idealismo. Essas duas correntes pautavam-se nos princípios da soberania dos Estados, mas enquanto uma afirmava que a guerra fazia parte da natureza humana, a outra defendia a cooperação por meio do multilateralismo.

Mas, com o surgimento de novas relações, entre países anteriormente considerados de pouca relevância para o sistema devido ao pouco poderio econômico, militar e ideológico, interações entre Estados, não só entre aqueles do centro desenvolvido do mundo, mas Estados da periferia, geralmente ex-colônias daqueles, e novos atores, como ONGs, Organizações Internacionais e até mesmo os indivíduos organizados, e entre os novos atores sem interferência dos Estados¹, foram necessários mais meios de se analisar, que incluíssem a diversidade que compõe o cenário internacional. As correntes clássicas focavam em matérias de conflito e cooperação entre Estados, ao passo em que as novas teorias já abrangem as questões culturais e o processo histórico que regem as novas relações do sistema.

Foi dessa necessidade de analisar a diversidade, e também da crítica à falta de inclusão dos novos atores e suas relações, bem como à produção de conhecimento eurocêntrica, que surgiu o Pós-Colonialismo. Um termo que “introduz uma multiplicidade de perspectivas, tradições e aproximação a questões de identidade,

¹ KECK, Margaret E. e SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics*, 1998.

cultura e poder”². A crítica pós-colonial surgiu a partir de uma vasta comunidade de pensadores ao redor do mundo que acreditavam na ideia de “irmandade global”, e que os Europeus se equivocaram em seus métodos de trazer o assunto para a Academia. A corrente afirma que os modos distintos de produzir conhecimento criam verdades diferentes para culturas diferentes³.

Sendo assim, vemos que a proposta pós-colonialista tem preocupações além das questões de “conflito e cooperação”, mas se preocupa também com a própria condição criada no momento pós-colonial⁴. Em outras palavras, tenta explicar a diversidade das sociedades pós-coloniais, sua ciência e conhecimento e a abertura maior a ideologias modernas, tal qual o feminismo.⁵

Entretanto, o “pós” no pós-colonialismo não sinaliza o fim da era colonial, mas que esse não é um episódio isolado de uma história maior e sim a parte central e constitutiva da história. Ou seja, não marca o período após o colonialismo, mas seus efeitos no mundo⁶. Isto é, demonstra o quão determinante para a evolução histórica, econômica e social foi o colonialismo e até que ponto essas ex-colônias ainda estão submetidas à essa relação com ex-metrópoles. Por exemplo, enquanto todas as ex-metrópoles são países do centro desenvolvido, com economias fortes e sistemas políticos consolidados e estruturados, países como Índia cresceram em um ritmo muito inferior, têm diversos problemas políticos internos e só muito recentemente tiveram a chance de se inserir no capitalismo. Durante os mil anos do primeiro milênio e até o início do século XVIII, a Índia era responsável por, em média, 25% do PIB mundial e seu declínio começou após o domínio colonial britânico, reduzindo sua contribuição ao PIB mundial à 4%⁷.

A teoria começou a se desenvolver na década de 1990 e enfatiza a interação da disciplina de Relações Internacionais com outras áreas de conhecimento, como a

² GROVOGUI, Siba N. *International Relations Theory: Discipline and Diversity*. 13 – Postcolonialism, 2013.

³ GROVOGUI, Siba N. *International Relations Theory: Discipline and Diversity*. 13 – Postcolonialism, 2013.

⁴ MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates*. 8 – Perspectivas alternativas: feminismo e pós-colonialismo, 2005.

⁵ GROVOGUI, Siba N. *International Relations Theory: Discipline and Diversity*. 13 – Postcolonialism, 2013

⁶ SETH, Sanjay. *Postcolonial Theory and the critique of International Relations*, 2011.

⁷ MUKHERJEE, Aditya. *Da Globalização Colonial à Globalização Pós-Colonial: O não alinhamento e a Cooperação Sul-Sul*, 2012.

Sociologia e a Antropologia⁸. Um dos marcos para o início desses estudos foram as descolonizações africanas, pois, passadas as possibilidades de conflitos internos, abriu-se oportunidades para se pensar em outras possibilidades dentro daquele território⁹.

Isso trouxe para a Academia questionamentos acerca de gênero, identidade nacional e separatismo¹⁰, pois o Pós-Colonialismo trata de forma reverberante do que diz respeito às relações de dualidade ex-colônia/ex-metrópole, imigrante/hóspede, e proporciona “novos desafios a uma disciplina ancorada no interno-externo”¹¹.

Também são levantadas questões sobre terrorismo e movimentos emancipatórios. O pós-colonialismo busca entender e explicar a história, cultura e condições econômicas e sociais que geraram esses comportamentos. Podemos pegar como exemplo a Primavera Árabe, na qual países do Oriente Médio buscavam por sua emancipação política. Nas palavras de Celso Paciornik (2013): “Com exceção de nações históricas como o Egito e o Marrocos, a maioria das outras é formada por criações artificiais, produtos do colonialismo europeu que juntou tribos e etnias diferentes em Estados unitários que só conseguiam se manter através de um Estado autoritário”¹².

Nesse sentido, o Pós-colonialismo trata então dos novos atores, que aparentemente tinham a mesma condição de soberania dos Estados, mas que apresentam grandes carências na sua organização e no seu desempenho¹³, sendo um deles a Sociedade Civil Organizada. Também, desafia a centralidade europeia como berço da história internacional e questiona a universalidade acordada a perspectivas morais e legais que refletem e reproduzem as suas relações de poder características do colonialismo, ao que significa o questionamento dos privilégios epistemológicos que a Europa detém sobre os meios de produção de conhecimento¹⁴. Para o Pós-Colonialismo,

⁸ MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates. 8 – Perspectivas alternativas: feminismo e pós-colonialismo, 2005.

⁹ KUBAYANDA, Joseph B. On Discourse of Decolonization in Africa and the Caribbean, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41491353>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

¹⁰ BARBOSA, Muryatan Santana. A crítica Pós-Colonial no pensamento indiano contemporâneo, 2010. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_39_MSBarbosa.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2016.

¹¹ MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates. 8 – Perspectivas alternativas: feminismo e pós-colonialismo, 2005.

¹² CELSO, Paciornik. As incertezas e o pós-colonialismo no Oriente Médio, 2013. ESTADÃO – Internacional. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,as-incertezas-e-o-pos-colonialismo-no-orient-medio-imp-983677>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

¹³ MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates. 8 – Perspectivas alternativas: feminismo e pós-colonialismo, 2005.

¹⁴ SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the critique of International Relations, 2011

as teorias clássicas e eurocêtricas de Relações Internacionais não contribuíram somente para a ascensão do sistema moderno, mas também da naturalização e funcionalização do que já foi historicamente produzido¹⁵.

Segundo Sanjay Seth, a expansão do sistema internacional requer atenção para suas origens coloniais. Ele afirma que os não-europeus foram profundamente tentados pelo que os europeus tinham a oferecer, quando se trata de superioridade econômica e tecnológica. Dessa forma, era fácil para os europeus usar o critério da “civilização” para subjugar, excluir e explorar vários povos, usando da violência para isso¹⁶.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, acerca do “desenvolvimento da ordem e sociedade internacionais com tipos específicos de violência”, Siba Grovogui afirma que as diferentes formas de controle econômico e político que cada região passou, ajuda na compreensão da diversidade das sociedades pós-coloniais¹⁷. Ou seja, as especificidades presentes em cada relação metrópole-colônia e os diferentes níveis de violência relativos a cada uma moldaram o que elas são hoje.

No entanto, a Europa não moldou apenas suas colônias, mas o sistema internacional como um todo, como vem sendo discutido. Sendo assim, há a crítica pós-colonialista ao que foi acordado em Westphalia, sobre a formação dos Estados. A crítica diz que Westphalia serviu apenas para promover o que os grandes países com influência ideológica viam como bom em questões de política e comércio¹⁸.

Observa-se que o Pós-colonialismo tem uma abordagem contrária à hegemônica, pois volta-se mais para o estudo das identidades e da cultura, não de modo a se opor à ideia de ordem global, mas abordando-a de uma maneira diferente, aplicando uma “correção do humanismo eurocêntrico” e uma ética diferenciada¹⁹. Isto posto, podemos abordar o aspecto transculturalista da teoria.

¹⁵ SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the critique of International Relations, 2011

¹⁶ SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the critique of International Relations, 2011

¹⁷ GROVOGUI, Siba N. International Relations Theory: Discipline and Diversity. 13 – Postcolonialism, 2013

¹⁸ SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the critique of International Relations, 2011

¹⁹ MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates. 8 – Perspectivas alternativas: feminismo e pós-colonialismo, 2005.

A transgressão e questionamento das fronteiras, feitas pelo Pós-colonialismo, implica na tentativa de estabelecimento de novos espaços e relações. Consequentemente, nas trocas culturais, para uma produção de conhecimento a partir de uma visão das ex-colônias²⁰. As ex-colônias hoje são caracterizadas pelos termos “periferia”, “semiperiferia” ou Sul Global, ao passo em que as ex-metrópoles são chamadas de “centro” ou Norte Global²¹, são assim classificadas devido ao desenvolvimento socioeconômico e estabilidade política que vivenciam, propiciados pela construção histórica de suas nações.

Para Boaventura de Sousa Santos, o Pós-Colonialismo é “um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. Para esta corrente, é problemático sabermos até que ponto vivemos em sociedades pós-coloniais”²², ou seja, demonstra os diversos tipos de violência sofrida pelos povos colonizados, das quais ainda existem resquícios, tais quais a xenofobia, o racismo, exclusão de grupos sociais, todas pautas da Sociedade Civil Organizada de países que foram colonizados ou de populações que sofrem violências semelhantes por meio de governos autoritários. Quando se trata de trocas culturais e de produção de conhecimento, muito pouco é oriundo do Sul Global. O Norte Global tem uma capacidade de influência através da cultura muito forte, pois a “história é contada pelos vencedores” (SANTOS, 2006). Nesse sentido, é fácil, e importante para a manutenção do status quo, para o Norte espalhar suas verdades pelo globo, principalmente com a intensificação da interconectividade cultural. Assim, a partir dessa maior interconectividade cultural, surgiu o conceito de Globalização. Ricardo Seitenfuss (2013), trata a globalização como “facilmente identificável, dificilmente definida”²³.

20 GROVOGUI, Siba N. International Relations Theory: Discipline and Diversity. 13 – Postcolonialism, 2013

21 SANTOS, Boaventura de Sousa. Globalizations, 2006.

22 SANTOS, Boaventura de Sousa. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial e para além de um e outro, 2004. Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2016

23 SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais. 6 – A globalização: Anjo e demônio da sociedade, 2013.

Existe uma dualidade quando se trata do fenômeno Globalização. Há quem diga que ele não é fenômeno natural, linear e irreversível, mas sim consequência do capitalismo (que deu fim ao colonialismo). Essa seria a falácia determinista descrita por Boaventura de Sousa Santos (2006). Ele afirma que a Globalização é sempre a globalização de um localismo.

Localismo seria um artefato, condição, entidade ou identidade local, que poderia tornar-se globalizado por meio de trocas díspares, proporcionadas geralmente pelo Centro, gerando o conceito de “localismo globalizado”. Da mesma forma, há o inverso: o “globalismo localizado”, que consiste essencialmente no impacto desses localismos globalizados num local periférico. Essas trocas são possibilitadas pela compressão do espaço-tempo, bem como pela existência de uma hierarquia do Centro sobre a Periferia e a Semi-periferia²⁴. Consequentemente, os valores e percepções transmitidos são em suma oriundos da cultura dominante, trazendo novamente o problema da centralização da produção de conhecimento, e, portanto, da verdade.

Divide-se a Globalização em diversas esferas de circulação: financeira (circulação de verba), comercial (circulação de bens) e cultural e de comunicações (circulação de informação)²⁵. Essa difusão de ideias, bens, informações, capital e pessoas, bem como a conexão além das fronteiras, não são aleatórias, pelo contrário, são tão reguladas que intensificam a ordem mundial²⁶.

Do mesmo modo com que a Teoria Pós-colonialista fala da exclusão gerada pela política moderna quando se trata de minorias, como no caso das mulheres, e afirma que esta não é só um fator aleatório remediado pela inclusão²⁷, mas a característica principal daquela política, o mesmo será sido trazido à tona quando se trata de Globalização, devido a essa hierarquia do Norte sobre o Sul²⁸. Esta, portanto, é a principal crítica à globalização: sua assimetria e exclusão; e por isso às vezes é defendida e às vezes condenada, por meio de discursos ideológicos, logo valorativos. A partir desses discursos valorativos, entra em cena outro conceito de Boaventura de

24 SANTOS, Boaventura de Sousa. Globalizations, 2006.

25 SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais. 6 – A globalização: Anjo e demônio da sociedade, 2013.

26 HELD, David, et al. Global Transformations, 1999.

27 SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the critique of International Relations, 2011.

28 SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais. 6 – A globalização: Anjo e demônio da sociedade, 2013.

Sousa Santos, o Cosmopolitismo Insurgente. Esse conceito é referente à resistência transnacional organizada para com a globalização excludente²⁹. Essa resistência transnacional faz com que seja necessário abordar outro ator das Relações Internacionais: a Sociedade Civil Organizada. O conceito já tinha surgido a princípio na Europa, mas novamente atrelado à ideia europeia de civilização e domesticação dos instintos³⁰.

Com Hegel, iniciou-se a separação e a distinção dos conceitos de Sociedade Civil, Estado e Mercado. As três esferas têm demandas diferenciadas, e com a facilitação da ação comunicativa e das trocas culturais, possibilitada pela Globalização, as sociedades civis conseguiram passar a se articular em torno de demandas comuns, mesmo que em territórios diferentes, para atingir seus objetivos³¹.

Voltando aos aspectos da Globalização, essa ação transnacional da sociedade civil organizada remete aos conceitos apresentados por David Held, acerca de impactos causados por essa ação em conjunto. Os impactos, em Held (1999), podem ser classificados como decisional, que seria o custo/benefício, em termos de influência; institucional, que seriam os impactos sobre as organizações ou agendas coletivas; distribucional, relativo a como a globalização forma as forças sociais; e estrutural, os impactos causados em âmbito doméstico.

Essas mobilizações das sociedades civis são decorrentes das disparidades de interesses dos grupos que a compõem em relação ao Estado. Disparidades essas que surgiram no âmbito do colonialismo³². A relação colônia/metrópole é uma relação de exploração, na qual a colônia proporciona seus melhores produtos e mão-de-obra a preços baixos, em troca de produtos manufaturados com preços abusivos oriundos das metrópoles.

29 SANTOS, Boaventura de Sousa. Globalizations, 2006.

30 BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

31 BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

32 SANTOS, Boaventura de Sousa. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial e para além de um e outro, 2004. Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf >. Acesso em 28 de maio de 2016.

Essa relação de exploração tornou-se uma relação de exclusão³³ a partir do momento em que os interesses da parcela branca que controlava as sociedades coloniais antagonizavam os interesses dos indígenas, negros e mestiços, e, portanto estes foram excluídos da participação política e social. Dessa forma, não havia um interesse nacional, o que ocasionou na dependência histórico-cultural dos países colonizados para com seus colonizadores³⁴.

Ainda nesse sentido, Santos (2004) ressalta a importância de se incluir na análise as especificidades dos colonialismos português, espanhol, inglês e francês, bem como os processos de descolonização, porque eles influenciaram diretamente na cultura das sociedades colonizadas³⁵. Portugal deixou um rastro de corrupção na política do Brasil³⁶, com a monarquia e as elites daquela época, bem como com a falta de estabelecimento de um interesse nacional, do qual esse não conseguiu sair até hoje, além de que a Independência não foi uma independência de fato, uma vez que o país continuou sendo governado pelo monarca, porém sob outro regime de governo.

Quanto à África do Sul³⁷, a colonização europeia (a princípio de maioria holandesa, mas com presença francesa, alemã, portuguesa, escocesa e de outros lugares da Europa), deixou um legado de escravidão e guerras: os sul-africanos foram escravizados e tiveram suas etnias desrespeitadas e misturadas na constante disputa por territórios. Além disso, posteriormente veio a dominação inglesa que, por meio de mais guerras, substituiu a anterior e contribuiu ainda mais para a exclusão do negro. A África do Sul ficou sob domínio colonial por, em média, 500 anos. Nesse período as guerras foram praticamente constantes, principalmente após a descoberta de minas de diamante

33 QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, 2010. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2016.

34 QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, 2010. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2016

35 SANTOS, Boaventura de Sousa. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial e para além de um e outro, 2004. Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2016

36 CAMBI, Eduardo. Corrupção e Educação. Revista Expressão-Ano 4-Número 1-2015, v. 1, n. 4, 2015. Disponível em:

<<http://apps.unibrasil.com.br/revistaexpressao/index.php/REVEXP4/article/download/154/129>>. Acesso em 11 de abril de 2018.

37 COMAROFF, John L. Images of empire, contests of conscience: models of colonial domination in South Africa. *American ethnologist*, v. 16, n. 4, p. 661-685, 1989. Disponível em: <<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/ae.1989.16.4.02a00040#citedby-section>> . Acesso em 10 de abril de 2018.

e de ouro na região. Ainda que os negros fossem maioria no país, foram os que mais tiveram direitos negados, algo que declarava abertamente o racismo europeu, para que a elite branca conseguisse permanecer no poder. A força da segregação racial estabelecida por europeus foi tamanha que perdurou mesmo após a independência sul-africana: só em 1994 foram retiradas as leis racistas. O legado que os europeus deixaram para o país é de 11 línguas oficiais, diversidade religiosa e 3 capitais, resultado da mistura de etnias africanas, com povos europeus e asiáticos. Ainda, a fome e a AIDS são dois problemas graves no país, ambos causa e consequência da pobreza, uma vez que resultam em guerras civis, instabilidade política e falta de população economicamente ativa, o que só reforça a dependência econômica externa.

Já na Índia³⁸, a “joia da coroa britânica”, que, assim como a África do Sul, também fora previamente explorada por outros povos europeus, e na China³⁹, dois países de tradições milenares, o domínio britânico durou menos tempo que nos demais países. O Império Britânico foi capaz de se manter nesses países por meio de sua força militar, a qual utilizavam para permear tratados de comércio desiguais e minar a eficiência da concorrência comercial indiana e chinesa. As constantes humilhações e desrespeito às tradições culturais geraram revoltas em ambos os países até que, cada um a seu período, conseguiram livrar-se do domínio britânico: a China, por meio do Comunismo, e a Índia com sua independência.

Como característica comum à todos os colonialismos, exceto no colonialismo eslavo, aplicado pela Rússia, que utilizava-se da sedução identitária e da revolta contra o capitalismo para atrair as classes oprimidas de outros países⁴⁰, o uso da força, a exclusão por meio da separação étnica entre colonizador e colonizado, a humilhação e a violência, deixaram legados de desigualdade social e racial, instabilidade política e baixas no desenvolvimento econômico dos países, motivados por

38 SAMPAIO, Thiago Henrique. O Discurso De Karl Marx ao Domínio Britânico na Índia e suas considerações sobre a Revolta dos Cipayos (1857-1859). Revista de História da UEG, São paulo, v. 5, n. 1, p. 203-218, 2016. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3965/3457>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

39 SAMPAIO, Thiago Henrique. As considerações de Marx sobre as Guerras do Ópio e suas consequências na sociedade chinesa (1839-1860). Revista Espaço Acadêmico, v. 15, n. 174, p. 79-89, 2015. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27534>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

40 OLIVEIRA, Laura De. Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Editora da Universidade Estadual de Maringá - EDUEM, 2015. 233-234 p.

dependência externa, assim como problemas de saúde, educação, segurança pública e prejuízos à natureza altamente exploradas pelos colonizadores, ainda que todos esses problemas apresentem-se em níveis diferentes entre os países. Por isso, a importância da construção do debate entre os povos e governantes desses países, para buscar uma solução para esses problemas, resultantes do impacto e influência social e cultural que sofreram de seus colonizadores.

Influência na construção da cultura implica em um impacto direto na produção do saber, como mostra a seguinte afirmação de Edward Said⁴¹:

"Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como "raças servis" ou "inferiores", "povos subordinados", "dependência", "expansão" e "autoridade". E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais."

Esse quesito cultural é fundamental para entender a sociedade civil, uma vez que é a esta que faz parte da vida dos indivíduos cotidianamente⁴². A formação cultural excludente, gerada pelo colonialismo ao não permitir que negros, índios e mestiços participassem dos debates políticos em seus próprios países, partindo do intuito que esses eram menos civilizados, bem como a exclusão das mulheres dos processos de globalização, geraram uma mobilização por parte da Sociedade Civil Organizada, denominada "movimentos identitários culturais"⁴³.

Da mesma forma que o Pós-Colonialismo busca uma ética diferenciada, a Sociedade Civil compreende as formas como se dão os relacionamentos entre as pessoas, suas formas de solidariedade e os padrões de conduta moral e ética⁴⁴. A partir disso, Castells (1996) afirmará que "o florescimento de movimentos sociais e culturais –

41 SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo, 1995.

42 BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

43 GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil contemporâneo, 2010.

44 BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

feminismo, ambientalismo, defesa dos Direitos Humanos, etc. - tiveram um importante papel na conformação da sociedade atual, reagindo de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, se revoltaram contra a injustiça e procuravam a liberdade necessária para a experimentação pessoal"⁴⁵.

Quando trazido para a área de Relações Internacionais, esse senso de justiça social da Sociedade Civil Organizada remete o conceito de Cosmopolitismo Insurgente de Boaventura de Sousa Santos, já que se trata de resistência transnacional. Thomas Risse-Kappen tratará a definição de relações transnacionais como "*regular interactions across national boundaries when at least one actor is a non-state agent or does not operate on behalf of a national government or intergovernment organization*"⁴⁶.

Risse-Kappen se refere a atores não-estatais porque, segundo ele, não há lógica em dizer que os Estados se mantêm dominantes no sistema, enquanto os atores sociais são irrelevantes. Dessa forma, diferencia-se as três esferas sociais em Estado, Mercado e Sociedade Civil, sendo que “o mecanismo de coordenação do Estado é o poder, por meio do monopólio do uso da força; o da economia é o dinheiro; o da sociedade civil, por sua vez é fundamentalmente comunicativo: a capacidade de influência”⁴⁷.

Em vista disso, Losekann e Ballestrin tratarão a ética da sociedade civil da seguinte forma:

Portanto, como os atores da sociedade civil não buscam o poder do Estado nem desejam substituir as funções de produção do mercado, tornam-se menos suscetíveis aos valores aos valores norteadores de ambos e mais propícios para o surgimento de valores independentes e, em certos casos, até antagônicos aos da lógica do poder e do dinheiro (Avritzer e Costa, 2004, 710). Nesse sentido, a forma de atuação da sociedade civil deve ser sempre autônoma e buscar a influência por meio da participação em associações e em movimentos e por meio da mídia.

45 GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil contemporâneo, 2010.

46 Risse-Kappen, T. (Ed.). (1995). Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions (Cambridge Studies in International Relations). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511598760

47 BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

No entanto, devido à mesma lógica colonialista, a sociedade civil do Norte Global continua tentando “impor suas concepções às sociedades civis do Sul Global”⁴⁸. Isso ocorre, novamente, porque a produção do conhecimento se dá em países desenvolvidos economicamente e que ligam esse desenvolvimento ao conceito deles de civilização⁴⁹. Devido a isso, é possível observar a diferença entre movimentos da sociedade civil do Norte Global e do Sul Global: o Sul buscará resolver questões econômicas, como desenvolvimento sustentável, distribuição de renda, o quanto o Estado gasta com educação, saúde, segurança pública, mas tratará também de questões relativas a equidade entre as minorias sociais, tentando fazer com que estas alcancem os mesmos níveis de capacidade de defender seus interesses e os mesmos níveis socioeconômicos da elite masculina branca que predomina no poder desde a época colonial. Essas questões de desenvolvimento econômico não são preocupações de sociedades civis do Norte Global para com seus respectivos países, mas estas podem sentir empatia pelas sociedades civis do Sul, a partir de campanhas que apelam para o emocional, e se juntarem à mobilização.

Portanto, o Sul Global tem apresentado novos conceitos a partir de sua experiência. Chandhoke (2003) trata da pluralidade da sociedade civil, assim como os fatores variados que a constituem, de acordo com o contexto histórico de cada país. Então, “a versão civilizada, institucionalizada e comportada da sociedade civil concorre com suas versões desconsideradas, subalternizadas e desobediente”⁵⁰, pois cada sociedade civil se organizará e reagirá de forma diferente em torno de demandas diferentes. Em Losekann e Ballestrin:

A esfera pública, a comunicação e as associações são fundamentais e centrais na sociedade civil, mas o aspecto privado, em que os indivíduos criam suas identidades e seus juízos autônomos, também o é. Assim, outra formulação de Habermas, a de “ação comunicativa”, dá condições para a existência de uma sociedade civil moderna na qual, por meio da prática discursiva e da racionalização do mundo da vida, podem-se questionar normas e alterar padrões sociais.

48 BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

49 BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

50 BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

Quando sociedades civis de países diferentes se unem por uma demanda em comum e agem para alterar esse padrão social, vemos a formação de uma rede transnacional⁵¹. A partir disso:

Advocacy networks are significant transnationally and domestically. By building new links among actors in civil societies, state, and international organizations, they multiply the channels of access to the international system. In such issue areas as the environment and human rights, they also make international resources available to new actors in domestic political and social struggles.

Transnational advocacy networks are proliferating, and their goal is to change the behavior of states and of international organizations. Simultaneously principled and strategic actors, they “frame” issues to make them comprehensible to target audience, to attract attention and encourage action, and to “fit” with favorable institutional venues.

Ou seja, a sociedade civil agirá para pressionar o Estado, usando a esfera comunicativa. O fenômeno da globalização, mais especificamente o fluxo rápido e constante de informações, permite que a ação da sociedade civil seja eficiente e densa. Há a possibilidade de mobilizar a opinião pública de diversos países num período muito curto de tempo, como foi visto na Primavera Árabe, por exemplo.

No entanto, as pressões da sociedade civil não se restringem ao Estado. Empresas e Organizações Internacionais também podem sofrer pressões para acatar demandas, por exemplo, sobre preservação do meio ambiente ou transparência em seus projetos e ações.

Mesmo blocos informais de cooperação interestatal podem ter que lidar com a ação da sociedade civil, uma vez que essa tem se mostrado cada mais presente no cenário internacional e, portanto, influenciando as agendas internacionais. Podemos pegar como exemplo o caso do BRICS.

As sociedades civis dos países componentes do grupo tem se organizado em torno, principalmente, de questões de transparência, tendo em vista que o BRICS vem apresentado projetos de infraestrutura. Tais projetos geralmente impactam de forma negativa no meio ambiente e afetam diretamente povos indígenas.

51 KECK, Margaret E. e SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders*, 1998.

Dessa forma, os movimentos sociais e as ONGs que tratam desses temas têm organizado encontros paralelos aos encontros do BRICS, para apresentar demandas e observar como os Chefes de Estado se posicionarão. Eles não mantêm os possíveis problemas de falta de transparência e de desrespeito a direitos ambientais e indígenas, bem como de falta de inclusão e diversidade, restritos às sociedades civis dos países componentes do grupo, mas têm conscientizado e mobilizado os ativistas de outros países, mostrando como a sociedade civil trabalha através da opinião pública.

Além dos encontros paralelos, esses ativistas também têm feito documentos oficiais, como cartas e declarações, além de documentários expondo a situação e dizendo como certos aspectos da sociedade de cada um dos países do grupo poderiam ser melhorados, se abrissem espaço para a sociedade civil. Com isso, podemos observar como a globalização contribuiu para a interação das sociedades civis dos países que foram colonizados pelo Norte Global. O período pós-colonialista em que os países do BRICS se encontram, bem como a atual intensidade da globalização, com seus globalismos localizados e localismos globalizados, permitiram que surgisse uma interação entre povos diferentes com problemas semelhantes, cujos governantes buscam maior relevância no sistema internacional.

Capítulo 2 – BRICS: Contextualização.

Este capítulo tratará das mudanças que acontecem na balança de poder internacional, bem como da ascensão de novos atores no multilateralismo do Sistema, bem como da hegemonia Americana. Depois, tratará do contexto histórico em que o BRICS surgiu, até o que ele é hoje em dia. Tudo isso, para explicar como e por que a globalização, a interdependência e o multilateralismo permitem novas formas de influenciar a governança global, bem como pedem um olhar sob uma nova ótica das Relações Internacionais.

Há um consenso geral na Academia de Relações Internacionais acerca da ordem mundial estabelecida no pós-Guerras Mundiais. Após estar do lado vencedor de ambas as Guerras Mundiais, estar frente às iniciativas de interação multilateral para garantir a segurança internacional, bem como garantindo a estabilidade econômica internacional com a substituição da libra esterlina pelo dólar, os Estados Unidos estabeleceram sua hegemonia no Sistema Internacional. Uma hegemonia forte e sólida, o sonho americano como modelo ideal num sistema internacional que demandava ordem⁵².

Nesse contexto, havia a tentativa da União Soviética de espalhar seu sistema, divergente do modelo americano, portanto, houve um conflito indireto entre as potências. Indireto porque ambas sabiam que se entrassem em guerra diretamente, acabariam destruindo o mundo. Esse conflito indireto resultou num mundo bipolar e em guerras das quais alguns países não se recuperaram até os dias atuais, como as Coreias e o Vietnã.

Com a queda da União Soviética e, portanto, a prevalência do modelo americano, a hegemonia dos EUA se tornava cada vez mais forte e suas ambições, bem como seu poder, pareciam ilimitados e sem freio. Por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, os EUA legitimaram a realização de uma série de operações em diversos países, deixando uma marca de seu poder em cada um deles.

No entanto, houve quem questionasse esse modelo e seu poder. O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas deu início à chamada Guerra ao

52 REIS, Maria Edileuza Fotenele. BRICS: Genesis and Evolution. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014.

Terror⁵³. Uma iniciativa que se tornou impopular para a população americana com a ocupação do Afeganistão e do Iraque, devido às más memórias com relação ao Vietnã, e à Crise Financeira de 2008, a qual Os Estados Unidos, bem como os demais países desenvolvidos, sentiram enormemente seu impacto. Foi então que se percebeu o problema que era todo o Sistema Internacional depender de uma única superpotência, pois mesmo essa estava sujeita a crises⁵⁴.

Porém, países anteriormente considerados de pouca relevância para o Sistema Internacional, por serem considerados “em desenvolvimento”, continuavam a crescer economicamente durante a crise. Isso fez com que o mundo voltasse os olhos para eles. No centro dos holofotes estavam Brasil, Rússia, Índia e China (e África do Sul, posteriormente), que passaram a ser chamados de “economias emergentes”.

Juntos, esses países possuem mais de um terço da população mundial, quase 50% do território e dos recursos naturais do planeta. O PIB continuamente crescente destes países chegou a ultrapassar o poder de compra dos Estados Unidos ou da União Europeia. No auge da crise econômica, em 2009, os quatro maiores países emergentes contribuíam com 14% do PIB mundial⁵⁵, hoje, esse número chega a 22%, sendo que as projeções em 2050 são que Índia e China ultrapassem o PIB dos Estados Unidos, ocupando o 1º e 2º lugar no ranking, ao passo em que Brasil fique em 5º lugar, mas Rússia e África do Sul não aparecem entre as 10 primeiras⁵⁶.

Em 2001, o banco Goldman Sachs criou o acrônimo BRIC, como um termo de marketing financeiro, referindo-se às quatro maiores economias emergentes, e tratando da relação do G7 para com esses⁵⁷. O que não se esperava, era que esses países

53 VISENTINI, Paulo Fagundes. The political-strategic dimension of BRICS: between panacea and skepticism. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014.

54 DA SILVA, Carlos Eduardo Lins. BRICS: From smart acronym to influential forum. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014.

55 INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Conheça os BRICS. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>>. Acesso em 2 de abril de 2016.

56 ÉPOCA NEGÓCIOS. O poder dos brics: conheça os países que formam o grupo. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/mundo/noticia/2017/09/o-poder-dos-brics-conheca-os-paises-que-formam-o-grupo.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

57 O'NEIL, Jim. Building Better Global Economy BRICS, 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em 1º de abril de 2016.

se reunissem e formassem um grupo de fato, como aconteceu, primeiro informalmente em 2006⁵⁸.

Não era esperado por causa das grandes diferenças culturais que existem entre eles. Enquanto Brasil e Índia são democracias, China e Rússia têm governos mais autoritários. Também, há quem diga que a Índia é bem cética quanto à rodada Doha da OMC, enquanto Brasil e China dão grande importância a ela e que China e Rússia preferem a manutenção do status *quo*, no que diz respeito ao Conselho de Segurança da ONU, apesar do apoio expresso à reforma deste para a inclusão de Índia e Brasil como membros permanentes. Há também a questão do Brasil ser o único não nuclearmente armado⁵⁹. No entanto, existem diversas semelhanças: são os países com as maiores populações e territórios do mundo. Enfrentam desafios semelhantes, tais como aumentar a renda da população para erradicação da pobreza, temas de segurança alimentar, saúde, segurança e questões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.⁶⁰ Portanto, a intensificação da cooperação entre eles seria benéfica a todos, uma vez que além de debater formas de resolverem seus problemas internos, conseguiriam maior visibilidade internacional, o que impactaria na descentralização da governança global.

A decisão dos BRICs de se reunir anualmente, em busca da institucionalização e com intuito de complementar a governança global, aconteceu formalmente em junho de 2009, na cidade Ecaterimburgo, na Rússia, na mesma época que o Acordo para a Cooperação de Xangai, bloco regional de segurança⁶¹. Por esse motivo, não se deu muita atenção para a 1ª Cúpula dos BRICs, tendo em vista que, também, foi um encontro rápido entre os quatro Chefes de Estado⁶².

No mesmo ano, em abril, houve outro acontecimento importante: a primeira reunião do G20, que consiste nos países do G7, os BRICs e outros países emergentes. A criação do G20 também foi necessária devido à crise financeira internacional. O G7

58 REIS, Maria Edileuza Fotenele. BRICS: Genesis and Evolution. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014.

59 DA SILVA, Carlos Eduardo Lins. BRICS: From smart acronym to influential forum. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014

60 STUENKEL, Oliver. Emerging Powers and Status: The case of the first BRICS Summit, 2014

61 STUENKEL, Oliver. Emerging Powers and Status: The case of the first BRICS Summit, 2014.

62 SALEK, Silvia. Líderes dos BRICs fazem primeira reunião. BBC Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090616_bricsreuniao_ss.shtml>. Acesso em 1º de abril de 2016.

percebeu que seria necessária uma maior interação entre a comunidade internacional para encontrar uma saída para a crise⁶³.

Assim sendo, a primeira declaração conjunta dos BRICs, resultado desse primeiro encontro, ressaltou a importância das reuniões do G20, a importância de aumentar a representatividade das economias emergentes no âmbito das instituições financeiras e tratou de outros temas de desenvolvimento sustentável e comércio internacional. Tratou também da reforma do Conselho de Segurança da ONU, destacando o papel da Índia e do Brasil nas relações internacionais⁶⁴.

1. Enfatizamos o papel central das Cúpulas do G-20 para a solução da crise financeira. Elas têm encorajado a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo político em relação a assuntos econômicos e financeiros de âmbito internacional.
2. Exortamos todas as nações e organismos internacionais relevantes a agirem com vigor para implementar as decisões tomadas pela Cúpula do G-20 em Londres, em 2 de abril de 2009.
3. Estamos comprometidos com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial.

Observa-se que, apesar de poucos, os artigos da declaração expressam a seriedade dos chefes de Estado em cooperar e diversificar a governança global. Também demonstra o compromisso para com as instituições internacionais e com o fortalecimento das economias emergentes. É possível ainda perceber algumas das aspirações dos Estados, no tangente à democratização das organizações internacionais, para levar uma maior representatividade das economias emergentes a essas.

Também, quando se fala de aumento de representatividade de economias emergentes, a iniciativa BRICs trouxe uma maior relevância para esses países no âmbito do sistema internacional. Com as Cúpulas seguintes, eles se tornaram capazes de articular melhor seus posicionamentos políticos e aumentaram sua influência dentro dos grandes organismos internacionais, ao tratarem de cada vez mais assuntos de extrema

63 REIS, Maria EdileuzaFotenele. BRICS: Genesis and Evolution. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014.

64 MINISTÉRIO das Relações Exteriores. BRICS. Primeira Declaração. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao>. Acesso em: 1º de abril de 2016.

relevância para suas políticas internas, bem como para o sistema internacional como um todo, em suas Declarações oficiais.

Nós, os líderes da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia e da República Popular da China, reunimo-nos em Brasília, em 15 de abril de 2010, para discutir as principais questões da agenda internacional, bem como medidas concretas para avançar na cooperação e coordenação dentro do BRIC. Chegamos a acordo sobre o seguinte: Governança Global e Visão Comum

1. Nós compartilhamos a percepção de que o mundo está passando por mudanças importantes e rápidas, que realçam a necessidade de transformações correspondentes na governança global, em todas as áreas relevantes.

2. Sublinhamos o nosso apoio a uma ordem mundial multipolar, equitativa e democrática, baseada no Direito Internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, na ação coordenada e na tomada de decisão coletiva de todos os Estados.

Até aqui, esses artigos discorreram sobre temas de maior relevância para os Estados, como governança global e ordem mundial multipolar. Mas, artigos posteriores trarão temas que chamarão a atenção da sociedade civil. A Sociedade Civil Organizada dos países do BRICS têm interesse em temas referentes a desenvolvimento econômico sustentável, como distribuição de renda, erradicação da fome e da pobreza, água e meio ambiente, povos indígenas, questões raciais e de gênero, saúde e segurança pública, mas também se concernem com debates de transparência nas políticas do Estado, uma vez que essas tem relação com como os governos agirão diante de temas sensíveis. Dessa forma, vemos a atuação mais presente das organizações Conectas Direitos Humanos (Brasil), Krasnoyarsk Regional Public Enviromental Organization “Plotina” (Russia), Vasudha Foundation (India), Greenwatershed (China) e Centre for applied legal studies (África do Sul), que tratam desses temas e estão sempre se reunindo para elaborar temas comuns entre as 5, para levarem, em forma de documentos, ao judiciário e parlamento dos países do BRICS.

15. Reiteramos a importância da Declaração do Milênio das Nações Unidas e a necessidade de alcançar os Objetivos do Milênio (ODM). Ressaltamos a importância de prevenir um potencial revés para os esforços dos países pobres que visem atingir os ODM, devido aos efeitos da crise econômica e financeira. Devemos também continuar a desenvolver esforços para alcançar os ODM até 2015, inclusive através da cooperação técnica e do apoio financeiro aos países pobres na execução das políticas de desenvolvimento e proteção social para suas populações. Esperamos que a Cimeira dos ODM das Nações Unidas, em setembro de 2010, sirva para promover a implementação, com o impulso de recomendações políticas. Ressaltamos que os modelos de desenvolvimento sustentável e os caminhos dos países em desenvolvimento devem ser plenamente respeitados e que é necessário que espaço político para os países em desenvolvimento seja garantido.

18. Instamos a comunidade internacional a fazer todos os esforços necessários para combater a pobreza, a exclusão social e a desigualdade, tendo em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, pequenas ilhas e países africanos. Apoiamos a cooperação técnica e financeira como forma de contribuir para a consecução do desenvolvimento social sustentável, com proteção social, pleno emprego e políticas e programas de trabalho digno, dando especial atenção aos grupos mais vulneráveis, como os pobres, as mulheres, os jovens, os migrantes e as pessoas com deficiência.

Nota-se uma gama muito maior de assuntos de interesse, principalmente da sociedade civil, tornando essas declarações documentos que esta pode ir acumulando para evocar em suas demandas ao grupo. A Segunda Cúpula dos BRICs, que gerou essa declaração, aconteceu no Brasil, no ano de 2010, e já apresentava uma quantidade maior de tópicos no documento, portanto um progresso na relação intra-BRICS. Essa declaração já se posicionava acerca da maioria dos temas de relevância internacional além da crise, tais como terrorismo, desastre no Haiti, Objetivos do Milênio, pobreza, segurança alimentar, energia e mudanças climáticas, temas que não são unicamente de interesse de Estados, mas dos povos também, então haveria uma possibilidade de diálogo com estes durante os debates. Quanto ao tema de erradicação de pobreza, comum e um dos prioritários aos 5 países, também é de extrema importância para as suas sociedades civis, diretamente afetadas por esse problema; um debate conjunto

poderia contribuir enormemente para encontrar uma solução. Além disso, iniciou-se uma cooperação entre diversos setores de cada país, reuniões e intercâmbio entre autoridades de todos os poderes dos países. No fim de 2010 a sigla mudou para BRICS, com a adesão da África do Sul (South Africa) ao bloco⁶⁵.

20. Reconhecemos o potencial de tecnologias novas, emergentes e ambientalmente sustentáveis para a diversificação da matriz energética e a criação de postos de trabalho. Nesse sentido, promoveremos, conforme o caso, o desenvolvimento sustentável, a produção e a utilização de biocombustíveis.

22. Reconhecemos que a mudança climática é uma ameaça grave que requer ação global fortalecida.

24. Brasil e China expressam seu pesar e solidariedade com os povos e governos da Rússia e Índia, que sofreram ataques terroristas bárbaros. O terrorismo não pode ser justificado por nenhum motivo.

Pode-se perceber, por meio dessa declaração e da concordância dos membros numa diversidade de assuntos a maior seriedade com que os membros vão tratando sua cooperação. O caminho a ser seguido vai se tornando cada vez mais detalhado e planejado. Cabe ressaltar que a partir da 3ª Cúpula, que ocorreria em 2011, em Sanya/China, as declarações passam a ser nomeadas “Declaração e Plano de Ação” da cidade em que ocorre o encontro, o que mostra a pretensão do BRICS em agir de fato de acordo com o que foi debatido e proposto na Cúpula.

O ano de 2011 também foi o primeiro ano em que o novo membro do bloco, a África do Sul, participou da Cúpula. Também foi o ano em que todos os cinco países eram membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que favoreceu o bloco por permitir-lhe mostrar a força de sua articulação dentro da Organização, tomando decisões em conjunto⁶⁶.

Os BRICS propunham diversas reformas na governança global. Além do FMI e da ONU, eles influenciaram a adesão da Rússia na Organização Mundial do

65 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS. Primeira Declaração. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/74-segunda-declaracao-conjunta>. Acesso em 1º de abril de 2016

66 REIS, Maria Edileuza Fotenele. BRICS: Genesis and Evolution. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014

Comércio – OMC no ano de 2012. No mesmo ano, começou-se a falar sobre o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, cuja proposta era ser diferenciado do FMI, quando se trata de política monetária e investimento em infraestrutura de países emergentes. Alguns analistas achavam absurdo um país com o tamanho do Brasil, por exemplo, ter menos cotas no FMI que países nórdicos. Os países do BRICS não acham o sistema de cotas do FMI tão democrático, por isso a ideia de criar um novo banco para promover e financiar infraestrutura para os países menos desenvolvidos⁶⁷.

Com o amadurecimento dessa ideia, em 2013, os BRICS começaram a despertar o interesse da sociedade civil organizada de seus respectivos países. Anteriormente, essa não se interessou pelo mesmo motivo da comunidade internacional: não havia garantias de que a iniciativa BRICS se tornaria algo grande e efetivo, portanto esta era vista como pouco importante, e também porque a sociedade civil não entendia muito bem a lógica por trás do grupo, portanto havia pouco conhecimento sobre o assunto. Além desses fatores, havia o fato de que não havia abertura para diálogo ou patrocínio a nenhum grupo da sociedade civil por parte dos países do BRICS, apesar de tratarem de diversos assuntos de interesse de vários grupos da sociedade civil em suas Declarações, como visto acima. No entanto, empresários e acadêmicos foram convidados a participar das discussões⁶⁸.

Mas, a partir do momento em que começaram as especulações sobre um novo banco, uma nova moeda (proposta que não foi levada a sério, por ser ambiciosa demais), e fortes críticas às instituições financeiras internacionais, viu-se aí uma chance de mudanças reais relativas à Balança de Poder no que diz respeito às Instituições Financeiras Internacionais e conquistas para a sociedade civil, chances maiores de terem suas demandas acatadas⁶⁹. A sociedade civil organizada e a comunidade internacional começaram a acreditar numa nova ordem global multipolar, com a ascensão do Sul Global.

67 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS. Primeira Declaração. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/76-quarta-declaracao-conjunta>. Acesso em 1º de abril de 2016.

68 DUBEY, Sunita e KRISHNASWAMY, Srinivas. A Índia nos BRICS: Sua importância tanto do ponto de vista doméstico quanto global. Os BRICS e a Participação Social sob a Perspectiva de Organizações da Sociedade Civil, 2013.

69 DUBEY, Sunita e KRISHNASWAMY, Srinivas. A Índia nos BRICS: Sua importância tanto do ponto de vista doméstico quanto global. Os BRICS e a Participação Social sob a Perspectiva de Organizações da Sociedade Civil, 2013

Porém, além de uma nova forma de governança mais democrática, a ascensão do Sul Global, em especial da China, país economicamente mais forte do grupo, traz receio. A sociedade civil passa a se perguntar se a China se tornará uma potência “subimperialista”, que manterá os mesmo níveis de exploração da hegemonia anterior⁷⁰. Por isso, a mobilização dessas organizações se torna importante: não existira oportunidade similar, de criticar possíveis explorações e violações aos direitos humanos, bem como de exigir acordos transparentes, nas criações do FMI, do Banco Mundial e nem mesmo do BNDS⁷¹. O “BRICS visto de baixo” (*BRICS from below*), que ocorreu em 2013, organizado pelo Centro para Sociedade Civil da Universidade de KwaZulu-Natal, teve a participação de organizações como Rede Brasileira de Integração dos Povos – REBRIP, Conectas Direitos Humanos, Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, dentre mais de 40 outras, de países além dos países dos BRICS, que tratam sobre direitos humanos, meio ambiente e até sindicatos, no qual intercambiaram informações e refletiram de forma crítica acerca do bloco, bem como ressaltaram a falta de transparência deste, em relação à comunicação com a sociedade civil, a renovação do capitalismo excludente, referente à atuação na África, e a força contra-hegemônica que o bloco passou a representar⁷².

A partir de 2014, a sociedade civil organizada dos países do BRICS passou a tornar-se cada vez mais presente, organizando o segundo encontro paralelo à Cúpula dos BRICS daquele ano, denominado “Diálogos sobre desenvolvimento: os BRICS na perspectiva dos povos”, que aconteceu em Fortaleza/Brasil, para reivindicar participação no bloco. Dessa vez, os movimentos sociais discutiram questões relativas à garantia dos direitos socioambientais, tendo em vista que serão afetados pelos projetos de infraestrutura⁷³. Produziram também uma carta com o que foi debatido, a “Carta de Fortaleza”, que diz:

70 GUERRERO, Dorothy-Grace. A Ascensão da China e as Economias Emergentes. Os BRICS e a Participação Social sob a Perspectiva de Organizações da Sociedade Civil, 2013.

71 TAUTZ, Carlos. Banco dos BRICS: oportunidade histórica para a sociedade civil. Heinrich Boll Stiftung Brasil. Disponível em: < <https://br.boell.org/pt-br/2013/01/16/banco-dos-brics-oportunidade-historica-para-sociedade-civil> > . Acesso em 22 de abril de 2016.

72 INESC. Sociedade Civil participa dos eventos paralelos a V Cúpula dos BRICS, 2013. Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/biblioteca/inesc-noticia/2013/edicao-no-4-8-04-2013/sociedade-civil-participa-dos-eventos-paralelos-da-v-cupula-do-brics> > . Acesso em 22 de abril de 2016.

73 MELO, Fátima. Carta Capital. Um BRICS para os povos, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/um-brics-para-os-povos-2568.html>>. Acesso em 23 de abril de 2016.

Os movimentos sociais e representantes de organizações da sociedade civil do Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Moçambique, Uruguai, Paraguai, Peru, Argentina, Colômbia, Estados Unidos e Alemanha e, reunidos em Fortaleza no período de 14 a 16 de julho de 2014, realizamos os Diálogos sobre Desenvolvimento na Perspectiva dos Povos. Tomando como fato político a reunião da **VI Cúpula dos BRICS**, cujas decisões influenciam de forma considerável a realidade dos povos do Sul, fizemos um esforço de mobilização, desde um campo crítico ao desenvolvimento proposto pelo **BRICS**. Visávamos fortalecer visibilidade e aproximação entre nós.

Apesar das diferenças culturais, sociais, políticas e econômicas, e das distâncias geográficas entre nós, os testemunhos das populações prejudicadas pelo desenvolvimento imposto aos povos, e das organizações presentes nesses diálogos identificaram-se nas experiências das violências capitalistas, patriarcais, racistas, etnocêntricas e homofóbicas. Observamos que as históricas desigualdades podem ser mais agravadas do que enfrentadas, com a formação do bloco dos **BRICS**.

Nos posicionamos contra os instrumentos econômicos e financeiros que repetem os modelos de dominação colonialista e estamos alertas ao Novo Banco de Desenvolvimento criado pelos países **BRICS** para financiar megaprojetos que afetam gravemente as populações e os territórios nesses países.

Nesse ano, foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento e foi assinado o Tratado de Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, anunciados na Cúpula anterior, mas agora com validade jurídica. A Conectas Direitos Humanos criticou fortemente a iniciativa, pois observaram poucas menções aos direitos humanos, principalmente aos dos povos indígenas, na Declaração que saiu ao final da Cúpula⁷⁴:

11. Os BRICS, bem como outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativos para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de

74 CONECTAS Direitos Humanos. VI Cúpula dos BRICS – Declaração final traz mais cifras e menos direitos humanos, 2014. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/24201-vi-cupula-dos-brics>>. Acesso em 2 de abril de 2016.

infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento.

As principais preocupações da sociedade civil para com o Novo Banco de Desenvolvimento, apesar do que é dito na declaração, é que este cometa os mesmos erros de outras instituições financeiras voltadas para o desenvolvimento, como o FMI ou o BNDS, desrespeitem os direitos humanos, e se tornem pouco democráticos e essencialmente exploradores de recursos naturais, pois apesar do discurso sobre desenvolvimento sustentável apresentado pelos países do BRICS, não é especificado em nenhuma declaração como se dará essa sustentabilidade⁷⁵. Segundo eles, “a única prioridade dos Estados é o lucro e não a vida das pessoas” e “há mais palavras que ações”⁷⁶.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Mundial passaram a ter um espaço reservados para as demandas da sociedade civil, visando um desenvolvimento não agressivo para o meio ambiente e para a comunidade, por meio do diálogo com os movimentos sociais. Dessa forma, a sociedade civil acredita que o BRICS pode se espelhar nos bancos que já passaram por todas essas falhas e se aperfeiçoar, abrir um espaço para a sociedade civil, antes de cometer uma série de violações de direitos. Claramente, a sociedade civil organizada pretende continuar denunciando violações dos direitos humanos e do meio ambiente, para exigir que esses direitos sejam cumpridos de forma efetiva⁷⁷.

O principal obstáculo para a sociedade civil conseguir contato com os BRICS é o fato de que os governos russo e chinês não tenham costume de acatar demandas de ativistas. Além disso, a falta de informação, transparência e inclusão nas Cúpulas oficiais também dificulta a atuação da sociedade civil. O idioma, as diferenças culturais e a distância geográfica não facilitam a articulação, mas são mais simples de

75 SEVERO, Leonardo. Central Única dos Trabalhadores. Movimentos sociais debatem o BRICS na perspectiva dos povos, 2014. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/movimentos-sociais-debatem-os-brics-na-perspectiva-dos-povos-893b/>> . Acesso e: 23 de abril de 2016.

76 INESC. Sociedade civil incide sobre agenda dos BRICS e esclarece novo banco do bloco, 2014. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2014-1/julho/sociedade-civil-incide-sobre-agenda-dos-brics-e-esclarece-novo-banco-do-bloco-1>>. Acesso em 3 de abril de 2016.

77 CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Banco dos BRICS: Uma alternativa viável, porém sustentável?, 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/empresas-e-direitos-humanos/noticia/6478-banco-dos-brics-uma-alternativa-viavel-porem-sustentavel>>. Acesso em 3 de abril de 2016.

lidar. Sendo assim, as Cúpulas paralelas da sociedade civil sempre são fora da Cúpula oficial, e mesmo o Civic BRICS, um fórum voltado para a sociedade civil, foi fortemente criticado pelos movimentos sociais, pois esses alegam que os Chefes de Estado praticamente escolheram quem iria participar da reunião e o consideraram inviável, pois não cabe ao governo decidir quem faz parte da sociedade civil⁷⁸, e por isso a REBRIP se manifestou com uma nota ao negociador oficial brasileiro Flávio Damico:

Estamos aqui porque acredito que todos e todas concordamos que, independente dos espaços de engajamento, a participação da sociedade civil em fóruns regionais e globais contribui para o avanço da democracia, já que assegura o controle democrático e o prevalecimento do interesse público. Além disso, possibilita que os diversos entes sociais possam participar e influenciar sobre o processo decisório de mecanismos cujas medidas afetam direta e indiretamente a vida de milhares de pessoas⁷⁹.

Em vista disso, a REBRIP, a Conectas Direitos Humanos e representantes de organizações da Índia (Oxfam Índia e Accountability Counsel), Rússia (Institute of Globalization Studies) e África do Sul (CALS e Action Aid), além de membros do secretariado da rede global Coalition for Human Rights in Development e da Iniciativa para las Inversiones Sustentables China-América Latina mobilizaram-se para debater essas questões. Entre as organizações brasileiras estiveram presentes Ibase, Fundação Heinrich-Boll (Brasil), Articulação Sul, IR, Abia, International Accountability Project (Brasil), BRICS Policy Center e GIP⁸⁰, dentre diversas outras, permaneceram atentas às ações e projetos financiados pelo Banco. Há por vir a realização de alguns projetos de infraestrutura nos países do BRICS, entretanto, a sociedade civil já anda desconfiada e ativa, tendo realizado o evento “Reunião Estratégia da Sociedade Civil sobre os Brics” pouco antes do previsto para o início dos projetos, pois ainda há falta de informações a

78 BANDEIRA, Luiza. ‘Cidade fechada’: ONGs ficam fora de encontro dos Brics na Rússia. BBC Brasil. Disponível em: <

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150709_ongs_brics_encontro_lb_rb>. Acesso em 3 de abril de 2016.

79 REBRIP - REDE BRASILEIRA PELOS POVOS. Rebrip participa de diálogo com organizações da sociedade civil dos brics e cobra ampliação de espaço de diálogo. Disponível em: <<http://www.rebrip.org.br/noticias/rebrip-participa-de-dialogo-com-organizacoes-da-sociedade-civil-dos-brics-e-cobra-c86a/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

80 CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Banco dos Brics, 2016. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/empresas-e-direitos-humanos/noticia/43612-banco-dos-brics>>. Acesso em 23 de abril de 2016.

respeito do andamento do processo de operacionalização do NBD⁸¹. Uma vez que, apesar das declarações sempre tratarem de desenvolvimento sustentável, esta teme pelos direitos indígenas e pelo meio ambiente, pois esses são ignorados majoritariamente quando busca-se lucro e “desenvolvimento”, e pode-se valer do que está no Acordo constitutivo do Banco para exigir que tais princípios sejam cumpridos.

Artigo 1 - O Banco deverá mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outros países em desenvolvimento, em complementação aos esforços existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento global e o desenvolvimento.

Haverá por parte da sociedade civil uma atenção e uma cobrança voltadas nesse sentido. Os primeiros projetos financiados pelo Novo Banco de Desenvolvimento tiveram início no segundo semestre de 2016 e foram na área de energia renovável dos países membros do BRICS. A sociedade civil pode agradecer-se do fato de serem projetos de energia renovável, pois infere-se a preservação dos recursos naturais, entretanto restam dúvidas acerca dos projetos, devido à falta de informações.

Após analisar toda a evolução da cooperação dos países do BRICS através dos anos, bem como da sociedade civil em torno deles, podemos concluir que a articulação ganhou relevância para ambos os atores estatais e não-estatais a partir do momento em que foi intensificando suas relações, surgindo debates acerca de temas variados e relevantes para o mundo e tratando acerca da institucionalização. Ao apresentar uma opção às instituições financeiras já existentes, os BRICS demonstram que o Sul Global também pode contribuir para a política mundial, utilizando-se do multilateralismo e da interdependência proporcionada pela intensificação da globalização, e o momento atual da história permite que a sociedade civil questione e critique novas formas de imperialismo, principalmente por parte da China, a maior economia da cooperação.

81 CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Banco dos Brics, 2016. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/empresas-e-direitos-humanos/noticia/43612-banco-dos-brics>>. Acesso em 23 de abril de 2016

Capítulo 3 – A Sociedade Civil Organizada no âmbito dos BRICS

O objetivo deste capítulo é utilizar o que já foi apresentado nos capítulos anteriores e sintetizar de forma a permitir uma análise sobre a atuação, estratégias e impactos da sociedade civil no BRICS. Para isso, será apresentado o caso do Banco Mundial e do BNDES, em comparação com o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, em que a sociedade civil já teve uma atuação, para efeitos de comparação e melhor observação do fenômeno, bem como os dados serão expostos em tabelas.

Nota-se que, de acordo com as notícias e publicações divulgadas em sites e perfis de redes sociais de membros de movimentos sociais, que os BRICS passaram a despertar um interesse real da Sociedade Civil Organizada, registrada a partir de 2014, com a Cúpula de Fortaleza, principalmente pela discussão da constituição do Banco dos BRICS (Novo Banco de Desenvolvimento).

Nesse sentido, é realmente possível observar uma movimentação maior na internet acerca do tema neste período, em sites de diversas ONGs e movimentos sociais. No site “Grupo de Pesquisas sobre Potências Médias”, do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, lê se:

Pode-se dizer que foi o mais importante momento da história do BRICS. Nesse dia ocorreu a reunião dos chefes de Estado de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Decisões significativas foram tomadas e serão comentadas nesse texto. A atenção do mundo se voltou para o Brasil e claro para as iniciativas tomadas pelo grupo. A questão agora será perceber quais as reações das Grandes Potências e analisar como se dará a organização desta nova Instituição que agitou a economia política global⁸².

Obviamente, esse passo não foi importante somente para a sociedade, mas também para toda a comunidade internacional, uma vez que os BRICS não só anunciaram um novo modelo de instituição financeira, mas também questionaram os já existentes, por apresentarem novas propostas de financiamento para países em desenvolvimento, sem a burocracia exigida pelas demais instituições. Nas palavras de Mineiro e Azzi (2016):

82 EUSTÁQUIO, Waldeir. VI Cúpula do BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento, movimento complementar ou alternativo ao Sistema Global?, 2014. Disponível em: <<https://grupoemergentes.wordpress.com/2014/07/18/vi-cupula-do-brics-e-o-novo-banco-de-desenvolvimento-movimento-complementar-ou-alternativo-ao-sistema-global/>>. Acesso em: 23/06/17.

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS, anunciada na Declaração da VI Cúpula em Fortaleza, em julho de 2014, é um divisor de águas nas relações internacionais entre os cinco países, acompanhada do Acordo Contingente de Reservas (ACR), um fato político de grande expressão, representando talvez uma das poucas novidades institucionais no sistema financeiro internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial⁸³.

O Novo Banco de Desenvolvimento começou a operar em 2016 e sua sede é em Xangai, na China. O capital subscrito inicial do banco é de US\$ 50 bilhões, havendo autorização para chegar a US\$ 100 bilhões⁸⁴. O NBD tem como objetivo financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos países-membros elegíveis. O banco pode financiar projetos tanto do setor público como do setor privado, utilizando diversos instrumentos financeiros como empréstimos, garantias e investimentos em *equity*⁸⁵.

Um artigo publicado pela Articulação Sul em conjunto com a Oxfam Brasil e a REBRIP, todos membros da Sociedade Civil Organizada, acerca da relação Novo Banco de Desenvolvimento com a Sociedade Civil, afirma que o NBD é um símbolo da ascensão das potências emergentes e de sua intenção de reformar a governança global, tendo a China como principal impulsionadora de diversas iniciativas político-econômicas, o que reflete diretamente na multipolaridade do sistema. Dentre os valores dessa ascensão do Sul Global encontram-se a busca pela reversão do déficit de infraestrutura destes e a busca por soluções sustentáveis tanto socialmente quanto ambientalmente⁸⁶.

Entretanto, a sociedade civil organizada tem questionado os valores sustentáveis do banco. Beghin (2017) diz que “o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado pelo Novo Banco de Desenvolvimento é impreciso, e as políticas

83 AZZI, Diego e MINEIRO, Adhemar. Banco dos BRICS: mais uma peça no quebra-cabeça das finanças internacionais?, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/banco-dos-brics-mais-uma-pecas-no-quebra-cabeça-das-financas-internacionais>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2018.

84 ITAMARATY. O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2018.

85 ITAMARATY. Novo Banco de Desenvolvimento se reúne para debater adesão de novos membros, 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/junho/novo-banco-de-desenvolvimento-se-reune-para-debater-adesao-de-novos-membros>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2018.

86 OXFAM BRASIL. Cooperação Sul-Sul e BRICS. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/o-que-fazemos/cooperacao-sul-sul-e-brics>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

publicadas são vagas, sem referenciais claros para o monitoramento de todo o ciclo dos projetos - dos critérios de aprovação à execução e avaliação. Neste particular, o adjetivo “novo” que cunha o nome do banco nada tem de inédito”⁸⁷.

A sociedade civil organizada dos países dos BRICS irá se articular em torno dessas indagações e inseguranças a respeito do NBD. Eles trouxeram os conceitos “*Brics from above*”, que seriam os representantes dos governos, grupos importantes de empresários e outros setores da elite dos BRICS; “*Brics from the middle*”, que seriam os sindicatos, acadêmicos e ONGs; e “*Brics from below*”, que seriam os ativistas e as comunidades efetivamente afetadas por megaempreendimentos⁸⁸. O diferencial do NBD é a abertura de espaço para o *Brics from the middle*, porém a sociedade civil ainda não está completamente satisfeita com isso, pois ainda existe a demanda para inclusão do *Brics from below*.

O engajamento da sociedade civil pode ser notado a partir do momento em que suas análises sobre o NBD e a articulação do BRICS não está mais restrito aos seus próprios portais, mas começam a aparecer na mídia nacional e internacional, demonstrando seu ganho de força. Em entrevista à um site de notícias, Natalie Beghin falou um pouco a respeito de como a sociedade civil tem lidado diretamente com o “*Brics from above*”:

Reclamamos demais do conceito de sustentabilidade, e para você entender melhor como foi, vou lhe contar: o vice-presidente russo disse que energia verde era desenvolvimento sustentável. Aí a gente disse: “Não é, não!” E demos até o exemplo do Brasil, no Nordeste, onde há quilômetros de torres para energia eólica que causam os mesmos danos do que o agronegócio. Aí eles ficaram meio em dúvida, disseram que vão procurar entender melhor.⁸⁹

87 BEGHIN, Nathalie. Novo banco de desenvolvimento: realmente novo ou mais do mesmo?. Inesc, mar./2017. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/marco/novo-banco-de-desenvolvimento-realmente-novo-ou-mais-do-mesmo>>. Acesso em: 10 abr. 2018

88 ARTICULAÇÃO SUL, OXFAM BRASIL E REBRIP. Sociedade Civil e o Novo Banco de Desenvolvimento: Aonde estamos e para onde vamos?, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/publicacoes/sociedade_civil_e_o_novo_banco_de_desenvolvimento.pdf>. Acesso em 09 de fevereiro de 2018.

89 GONZALEZ, Amelia. Reunião da Sociedade Civil com Banco dos BRICS em Shangai gerou reflexão sobre desenvolvimento, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/reuniao-da-sociedade-civil-com-banco-dos-brics-em-shangai-gerou-reflexao-sobre-desenvolvimento.html>>. Acesso em 9 de fevereiro de 2018.

Para analisar efetivamente o comportamento e impacto da sociedade civil frente a instituições financeiras internacionais, pode-se observar a primeira vez em que isso ocorreu: o caso do Banco Mundial, estudado por Jazmin Sierra e Kathryn Hochstetler⁹⁰. As redes de ativismo transnacional deram forma às operações em relação ao Banco Mundial nos anos 80 e 90, o que fez com que o Banco ficasse mais atento aos impactos sociais e ambientais dos projetos que financia e também o forçaram a ser mais transparente sobre seus empréstimos, algo que pode ser encontrado até hoje no site do Banco.

O sucesso das investidas contra o Banco Mundial permitiu que os ativistas transnacionais pressionassem outros bancos multilaterais e internos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), o que demonstrou a relevância dos atores não-estatais. O estudo de Sierra e Hochstetler demonstrou que o sucesso ou fracasso das campanhas depende também do tipo de alvo: enquanto o multilateralismo permite que os ativistas encontrem maior quantidade de aliados simpatizantes com sua causa, Bancos de Desenvolvimento internos propiciam ações limitadas por serem nacionais e consequentemente alcançar poucos aliados. Outras barreiras do ativismo em instituições nacionais são a necessidade do apoio do legislativo e do judiciário, em países democráticos, e o autoritarismo de países não-democráticos, como China e Rússia, por exemplo. Seria muito mais difícil a ação da sociedade civil nesses países isoladamente, mas com Brasil, Índia e África do Sul, que são países relativamente mais acostumados a trabalhar com a sociedade civil, há uma maior abertura para a participação desta, uma vez que focar em países onde a força da sociedade civil é maior, facilita a pressão. Sierra e Hochstetler também categorizaram as estratégias de atuação da sociedade civil em relação ao Banco Mundial em direta e indireta. Sendo a estratégia direta a pressão exercida diretamente ao Banco Mundial e a indireta a comunicação com cada governante dos países membros do Banco.

Essas estratégias também podem ser observadas em relação ao NBD, além do uso da comunicação e da mobilização da opinião pública, estratégias que também podem ser consideradas indiretas, uma vez que se tratam de formas de pressionar ou

⁹⁰ HOCHSTETLER, Kathryn e SIERRA, Jazmin. Transnational Activists Networks and rising powers: transparency and environmental concerns in the Brazilian National Development Bank, 2017.

interagir com atores que não são o alvo almejado. Para uma melhor compreensão das estratégias utilizadas pela sociedade civil organizada no âmbito dos BRICS, abaixo encontra-se uma tabela que as lista, com sua forma, impactos e resultado comum.

Estratégia	Direta		Indireta	
	Pressão aos diretores do NBD	Pressão em parlamentares e políticos dos BRICS	Mobilização da opinião pública	Comunicação
Forma	Cúpulas paralelas às Cúpulas oficiais dos BRICS.	Elaboração e entrega de documentos comuns para parlamentares e autoridades importantes dos 5 países.	Publicação de vídeo na internet, panfletos, entrevistas a jornais e de artigos em periódicos acerca do tema.	Uso da internet para contatar sociedades civis dos outros países, por meio de sites e redes sociais como Twitter, principalmente.
Impacto	Decisional (custo/benefício em termos de influência).	Institucional (impacto sobre as organizações ou agendas coletivas).	Estrutural (impactos, referentes ao discurso, causados em âmbito doméstico).	Distribucional (relativa a como a globalização forma as forças sociais).
Resultados	Participação ativa na primeira reunião oficial do Novo Banco de Desenvolvimento, em conjunto com o Presidente e os vice-presidentes do NBD. ⁹¹	Discussão dos temas de interesse da sociedade civil nas reuniões, bem como implementação desses temas nas Declarações oficiais resultantes das Cúpulas oficiais dos BRICS.		

Tabela 1 - Estratégias de atuação. Fonte: autoria própria.

A sintetização dessas variáveis permite a observação de um padrão de atuação da sociedade civil: quando os canais diretos de comunicação são difíceis de serem atingidos, ela busca formas indiretas de pressionar, por meio de outros atores. Como visto no caso do Banco Mundial, a combinação das estratégias obteve sucesso, por conta dos múltiplos atores com quem a sociedade civil contatou. Já no BNDES, a limitação de atores para pressionar (somente o legislativo, judiciário e governo brasileiros), fez com que a mobilização falhasse.

Quanto ao NBD, a combinação dessas estratégias têm trazido alguns resultados, com várias críticas por parte da sociedade civil a princípio, mas o estabelecimento de um canal de contato direto entre os diretores do NBD e a sociedade

91 GONZALEZ, Amelia. Reunião da sociedade civil com banco dos brics em shangai gerou reflexão sobre desenvolvimento. G1, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/reuniao-da-sociedade-civil-com-banco-dos-brics-em-shangai-gerou-reflexao-sobre-desenvolvimento.html>>. Acesso em 11 de abril de 2018.

civil já é um grande passo, pois facilitará a pressão. A tabela abaixo apresenta os resultados por tema de interesse da sociedade civil e o posicionamento do NBD.

Tema	Posicionamento da Sociedade Civil	Posicionamento dos BRICS nas declarações	Ações dos BRICS	Críticas da Sociedade Civil
Erradicação da pobreza e distribuição de renda	Preocupação com padrões de concentração de renda, propriedade e riqueza ⁹² .	Promover o alívio e a redução da pobreza através do desenvolvimento de capacitações e para alcançar sistemas de seguridade social universais e sustentáveis. ⁹³	Combinação de programas de proteção social e incentivo ao crescimento agrícola e rural. ⁹⁴	Dado não existe.
Desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente	Demanda que o desenvolvimento sustentável seja a espinha dorsal do NBD. ⁹⁵	Promover ainda mais o desenvolvimento verde e a economia de baixo carbono, no contexto do desenvolvimento sustentável ⁹⁶	Financiamento de projetos de gerenciamento de recursos hídricos, energia limpa e desenvolvimento urbano. ⁹⁷	Crítica a falta de especificidade do conceito de desenvolvimento sustentável do banco. ⁹⁸

92 FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E GESTORES MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Redes transnacionais da sociedade civil e os BRICS. Disponível em: <<https://blogfonari.wordpress.com/2016/04/15/redes-transnacionais-da-sociedade-civil-e-os-brics/>>. Acesso em 10 abril de 2018.

93 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. IX Cúpula Do Brics – Declaração De Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

⁹⁴ ONU BRASIL. BRICS podem ter papel de liderança no combate à fome, diz agência da ONU, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brics-podem-ter-papel-de-liderancano-combate-a-fome-diz-agencia-onu/amp/>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

95 FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E GESTORES MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Redes transnacionais da sociedade civil e os BRICS. Disponível em: <<https://blogfonari.wordpress.com/2016/04/15/redes-transnacionais-da-sociedade-civil-e-os-brics/>>. Acesso em 10 de abril de 2018..

96 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. IX Cúpula Do Brics – Declaração De Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁹⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. Santander Brasil e banco dos BRICS fazem parceria para infraestrutura, 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1949353-santander-brasil-e-banco-dos-brics-fazem-parceria-para-infraestrutura.shtml>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

Tema	Posicionamento da Sociedade Civil	Posicionamento dos BRICS nas declarações	Ações dos BRICS	Críticas da Sociedade Civil
Questões raciais	Políticas de inclusão social. ⁹⁹	Os avanços em desenvolvimento tecnológico e inovação devem contemplar questões raciais e de gênero. ¹⁰⁰	Dado não existe.	Dado não existe.
Geração de emprego	Promover o desenvolvimento de habilidades técnicas, melhorar a qualidade da educação, atrair grupos menos favorecidos para o Mercado de trabalho, promover educação vocacional ¹⁰¹ .	Fortalecimento da cooperação econômica para a recuperação da economia global, por meio da geração de empregos qualificados. ¹⁰²	Encontro dos Ministros do Trabalho, com presença dos sindicatos dos países e da Organização Internacional do Trabalho ¹⁰³ .	Crítica a falta de concordância dos governos da China e da África do Sul em normatizar relações no campo de trabalho. ¹⁰⁴

98 GONZALEZ, Amelia. Reunião da sociedade civil com banco dos brics em shangai gerou reflexão sobre desenvolvimento. G1, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/reuniao-da-sociedade-civil-com-banco-dos-brics-em-shangai-gerou-reflexao-sobre-desenvolvimento.html>>. Acesso em 11 de abril de 2018

99 AGUIAR, Laís Bretones de. A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI. 2014. 30 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

100 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. IX Cúpula Do Brics – Declaração De Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

101 DA SILVA, Darly Henriques; FURTADO, Natan Marques. Os BRICS e a Nova Divisão Internacional do Trabalho liderada pela Inovação.

102 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. IX Cúpula Do Brics – Declaração De Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

103 SINDICATO DOS METALÚRGICOS. Brics deve assumir compromisso com trabalho decente. Disponível em: <<http://metalurgicos.org.br/noticias/movimento-sindical/brics-sindical/brics-deve-assumir-compromisso-com-trabalho-decente-2/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

104 SINDICATO DOS METALÚRGICOS. Brics deve assumir compromisso com trabalho decente. Disponível em: <<http://metalurgicos.org.br/noticias/movimento-sindical/brics-sindical/brics-deve-assumir-compromisso-com-trabalho-decente-2/>>. Acesso em: 10 abr. 2018

Tema	Posicionamento da Sociedade Civil	Posicionamento dos BRICS nas declarações	Ações dos BRICS	Críticas da Sociedade Civil
Questões de gênero	Igualdade de gênero em saúde, educação, oportunidades econômicas e empoderamento político de mulheres ¹⁰⁵ .	Promover o empoderamento econômico feminino. ¹⁰⁶	Metade do <i>staff</i> do NBD é composto por mulheres.	Esse staff composto por mulheres era de secretárias e terceirizadas, não de cargos de alto nível. ¹⁰⁷
Questões indígenas	Gestão de riscos socioambientais causados por hidrelétricas e outras fontes de energia ¹⁰⁸ , que geralmente afetam povos indígenas e tribais, retirando-os de suas terras.	Brasil é o único dos BRICS signatário da Convenção 169 da OIT, que o obriga a consultar povos indígenas e tribais afetados por grandes projetos. ¹⁰⁹	Dado não existe.	Dado não existe.
Saúde	Promoção do acesso à saúde pública de	Melhorar a capacidade de	Acesso gratuito ao ARV (antiretroviral para o	Dado não existe.

105 FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E GESTORES MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Redes transnacionais da sociedade civil e os BRICS. Disponível em: <<https://blogfonari.wordpress.com/2016/04/15/redes-transnacionais-da-sociedade-civil-e-os-brics/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

106 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. IX Cúpula Do Brics – Declaração De Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

107 GONZALEZ, Amelia. Reunião da sociedade civil com banco dos brics em shangai gerou reflexão sobre desenvolvimento. G1, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/reuniao-da-sociedade-civil-com-banco-dos-brics-em-shangai-gerou-reflexao-sobre-desenvolvimento.html>>. Acesso em 11 de abril de 2018.

108 FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E GESTORES MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Redes transnacionais da sociedade civil e os BRICS. Disponível em: <<https://blogfonari.wordpress.com/2016/04/15/redes-transnacionais-da-sociedade-civil-e-os-brics/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

109 SHELTON-ZUMPANO, Petras. A segurança energética e o desenvolvimento sustentável dos BRICS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/petras_shelton-zumpano/publication/273755071_a_seguranca_energetica_e_o_desenvolvimento_sustentavel_dos_brics/inks/55fc496908aeb1d9f3d41a5/a-seguranca-energetica-e-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-brics.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Tema	Posicionamento da Sociedade Civil	Posicionamento dos BRICS nas declarações	Ações dos BRICS	Críticas da Sociedade Civil
	qualidade; problema da AIDS e outras doenças. ¹¹⁰	vigilância e os serviços médicos para combater doenças infecciosas, incluindo Ebola, HIV/AIDS, Tuberculose e Malária, bem como doenças não transmissíveis. ¹¹¹	tratamento da AIDS), políticas de enfrentamento a tuberculose ¹¹² .	
Transparência e direitos humanos	As atividades do banco devem ser guiadas por regras que promovam a transparência e o respeito aos direitos humanos ¹¹³	Promover, proteger e cumprir os direitos humanos de forma não seletiva, não politizada, construtiva e sem padrões duplos. ¹¹⁴	Criação de um portal de transparência, onde postam os projetos aprovados, a modalidade, o setor, o país em que será realizado, o valor do empréstimo, o tomador de empréstimo e o impacto no desenvolvimento. ¹¹⁵	Crítica ao não detalhamento dos critérios para a aprovação dos projetos de financiamento. ¹¹⁶

110 OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL. Brasil, Rússia, Índia, China e África Do Sul (BRICS): Documento De Recomendações Políticas. Disponível em: <<http://www.obs.org.br/integracao/1092-brasil-russia-india-china-e-africa-do-sul-brics-documento-de-recomendacoes-politicas>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

111 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. IX Cúpula Do Brics – Declaração De Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

112 MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brics defendem ação conjunta de enfrentamento à tuberculose em reunião da oms. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42407-brics-defendem-acao-conjunta-de-enfrentamento-a-tuberculose-em-reuniao-da-oms>>. Acesso em: 10 abr. 2018

113 FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E GESTORES MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Redes transnacionais da sociedade civil e os BRICS. Disponível em: <<https://blogfonari.wordpress.com/2016/04/15/redes-transnacionais-da-sociedade-civil-e-os-brics/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

114 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. IX Cúpula Do Brics – Declaração De Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

115 NEW DEVELOPMENT BANK. Projects. Disponível em: <<https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Tabela 2 – Temas de interesse e ações. Fonte: autoria própria.

Após essa definição das demandas e dos posicionamentos dos atores supracitados, que demonstram a complexidade das relações políticas entre atores Estadais e não-estatais e Instituições Financeiras Internacionais, deve-se também observar a combinação de diferentes estratégias e seus impactos, bem como os resultados obtidos. Quando se trata das estratégias diretas, demonstradas na Tabela 1, a constante presença da sociedade civil paralelamente às cúpulas oficiais dos BRICS, levou os diretores do NBD a abrir cada vez mais espaço para o diálogo, até que, por fim, conversaram diretamente com os membros da sociedade civil. Já as estratégias indiretas, as pressões externas, foram trazendo cada vez mais os assuntos dos quais a sociedade civil tratava em seus documentos e publicações para dentro das discussões dos BRICS e saíram nas declarações oficiais, como visto na Tabela 2, o que também permite que a sociedade civil cobre de maneira mais insistente, já que os BRICS se dispuseram a assinar acordos que tratam desses temas.

Retornando aos conceitos de David Held apresentados no Capítulo 1, para analisar os impactos da globalização nas estratégias da sociedade civil, a Tabela 1 relaciona a estratégia de atuação, com a forma pela qual ela é feita, para definir que tipo de impacto gerou e, por fim, o resultado obtido com essa combinação. A estratégia direta, realizada por meio das Cúpulas paralelas, tem impacto decisional porque estes são referentes aos custos ou benefícios que a escolha de confrontar os Estados do BRICS em sua reunião anual tem: arriscaram serem completamente reprimidos, e, no entanto, foram ganhando espaço para institucionalizar-se. A iniciativa Civil BRICS, composta por representantes do “*BRICS from the middle*”, apesar de não incluir o “*BRICS from below*”, por ter sido uma iniciativa proposta pela Rússia, um Estado mais autoritário, ainda assim representou um passo importante para a sociedade civil dentro de uma Instituição Financeira Internacional, abrindo a oportunidade para o *BRICS from below* pressionar para ter seu espaço também.

A estratégia indireta de entregar documentos às autoridades dos países dos BRICS demonstrando suas preocupações e propostas de política gera um impacto institucional, pois essas autoridades chegaram tanto a debater e incluir os temas propostos pela Sociedade Civil dos BRICS nas pautas de suas Declarações das Cúpulas

116 GONZALEZ, Amelia. Reunião da sociedade civil com banco dos brics em shangai gerou reflexão sobre desenvolvimento. G1, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/reuniao-da-sociedade-civil-com-banco-dos-brics-em-shangai-gerou-reflexao-sobre-desenvolvimento.html>>. Acesso em 11 de abril de 2018.

oficiais, como conversaram diretamente com eles nas Cúpulas paralelas dos Povos. O impacto institucional remete à alteração na agenda política.

Já a mobilização da opinião pública, uma estratégia indireta na qual a sociedade civil investiu pouco, e teve pouco alcance fora do âmbito daqueles que tem interesse por esse tipo de assunto, ainda assim teve impacto estrutural, pois gerou diversas pesquisas no meio acadêmico e político acerca da atuação da própria sociedade civil nos BRICS. O impacto e a globalização, nesse caso, geraram diversos debates acerca desse tema.

Por fim, a comunicação realizada entre as sociedades civis dos países do BRICS (e entre demais países), mostra o impacto distribucional, que é referente a modelagem da configuração das forças sociais. Nesse caso, gerando a rede transnacional que tenta influenciar a política do BRICS.

Após observar esses dados, podemos afirmar que o sucesso da ação da sociedade civil se dá por meio de uma combinação de fatores, o que demonstra as dificuldades desta em estabelecer-se propriamente como ator de Relações Internacionais. Além disso, por mais que os Estados cheguem a acatar demandas da sociedade civil, será da forma que for melhor para si mesmos e no tempo que lhes aprouver.

No entanto, o NBD tem se mostrado uma instituição aberta ao diálogo e tem uma proposta de engajamento com a sociedade civil que, por mais que ainda não esteja claramente delimitada, está intrinsecamente presente, como observado pelos posicionamentos nas Declarações oficiais. É importante lembrar que o NBD é uma instituição nova, que ainda está se estabelecendo, e que abriu a chance da sociedade civil contribuir para sua construção.

O que é constantemente ressaltado pela sociedade civil dos países dos BRICS é que a institucionalização seja feita de uma forma que o NBD não cometa os mesmos erros das instituições dos países do Norte Global. Esses erros, temidos pela sociedade civil, são as ações que geraram as exclusões tratadas pela teoria pós-colonialista: desconsideração pelo meio ambiente e pelos habitantes dos países.

Uma instituição proveniente de países que conhecem as mazelas do colonialismo não deveria reproduzir o mesmo tipo de comportamento. Por isso, essa crítica e engajamento da sociedade civil junto ao banco é importante, para torná-lo

diferente do modelo já existente, já que a intenção é questionar a estrutura presente e renovar a governança global.

Os danos causados pelo colonialismo e pela globalização podem ser revertidos usando-se a própria globalização, para espalhar informações oriundas do Sul Global e aumentar o fluxo de relações entre esses países, e por meio das ações daqueles que sofreram como o colonialismo. Para sair dessa relação social que remete o modelo político de colonização, os países devem instituir seu próprio modelo de governança, a partir de suas visões de mundo, deixando de seguir o modelo euroamericano, produzindo seu próprio conhecimento e instituindo suas próprias políticas.

O momento histórico permite que o NBD seja uma instituição com novos moldes, diferentes daqueles utilizados pelos países do Norte Global em suas instituições. A atuação da sociedade civil junto a ele tem mostrado novos caminhos ao banco e a possibilidade de uma nova forma de governança global, algo que não aconteceu com o Banco Mundial ou com o BNDES, pois esses já existiam quando a sociedade civil resolveu mobilizar-se contra algumas ações dessas instituições.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar a capacidade e efetividade da influência da Sociedade Civil Organizada na política dos Estados, pegando como caso de estudo os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento. Para realizar essa análise, foi usada a teoria Pós-colonialista, visto que, com exceção da Rússia, os países do BRICS sofreram algumas consequências do colonialismo europeu; bem como os conceitos de Globalização e Sociedade Civil, em vários autores.

O primeiro capítulo tratou sobre os conceitos de Pós-Colonialismo, globalização e sociedade civil para tratar de como se dão as relações políticas entre os países do BRICS e suas respectivas sociedades civis. A teoria Pós-Colonial explica os problemas em comum dos países do BRICS e a solidariedade que as sociedades civis desses países encontraram para se articular, devido a esses problemas. Essa articulação também vai ser explicada pela globalização: o intenso fluxo de informações, capital e pessoas permite uma maior interconexão entre o mundo e os diversos atores da Relações Internacionais.

O Sul Global é inferiorizado constantemente, tendo sua relevância política, econômica e social diminuídas em detrimento do modelo do Norte. Além de somente questionar as instituições já existentes, é importante apresentar e implementar uma proposta diferente, para que o Sul não só crie algo a partir de sua visão de mundo, mas proporcione aos demais países uma nova opção viável na política internacional. O NBD pode utilizar-se das demandas da sociedade civil para globalizar um modelo de governança sustentável e pacífico, que não violenta os demais povos, uma vez que os BRICS conhecem a violência do colonialismo.

No decorrer da pesquisa, pode-se observar que os impactos deixados nesses países pelo colonialismo europeu foram profundos, formadores de sua cultura e geradores de seus problemas socioeconômicos e políticos. Esses problemas semelhantes ajudaram na identificação e solidarização de suas sociedades civis umas com as outras, na busca pela superação destes e dos resquícios do colonialismo.

Sobre a Sociedade Civil, foi observado que ela é, de fato, um ator importante e influente das Relações Internacionais, ainda que limitada pelo poder dos Estados, pois apesar do aumento da inserção de novos atores, as premissas realistas não deixam de existir. Dentro do âmbito dos BRICS, mesmo dois dos Estados não sendo democráticos, a atuação da sociedade civil ainda pode ser ativa, já que os outros países

dão uma abertura maior a ela e a comunidade internacional como um todo tem se mostrado contrária à prisão arbitrária de ativistas por Rússia e China, como demonstram diversos documentos da ONU, por exemplo.

O segundo capítulo contextualizou a evolução dos BRICS e da relação da sociedade civil com eles. É demonstrado, no decorrer do capítulo, os fatores determinantes para a evolução do interesse da sociedade civil para o BRICS, bem como a evolução da cooperação entre eles e a variação de temas de interesse. Temas de cooperação que vão evoluindo na medida em que a sociedade civil apresenta suas estratégias indiretas. Também, foi demonstrado que quando a sociedade civil não encontra um canal para comunicação direta, ela diversifica suas formas de estratégias indiretas, para conseguir pressionar seus alvos. No caso dos BRICS, essa diversificação de estratégias indiretas trouxe vários dos temas de interesse da sociedade civil para a discussão entre os governantes dos BRICS, enquanto a estratégia direta terminou por criar um canal oficial de comunicação entre a sociedade civil e os diretores do NBD. Dessa forma, a diversificação das estratégias indiretas mostrou-se mais proveitosa e eficiente quanto a atender as demandas da sociedade civil, ou seja, esta não deve permanecer aguardando pela abertura de canais diretos de comunicação com os atores-alvo.

No último capítulo, a pesquisa sintetizou os dados referentes às demandas, ações, críticas, estratégias, impactos e resultados, para que a análise acerca da atuação da Sociedade Civil Organizada dentro do contexto dos BRICS fosse mais facilmente identificável em suas falhas e conquistas. Isso também deixou bem claro quais são as principais carências em comum desses países, de acordo com suas populações, e que são consequências do legado colonial, o que demonstra, mais uma vez, o tamanho do impacto do colonialismo nesses países, e também reforça o sentimento de solidariedade entre as sociedades civis, por mais que a cultura seja diferente. Os BRICS incluírem esses temas em sua agenda demonstra que os governantes reconhecem a existência dessas carências em seus Estados e que visam a eliminação dessas, para atingir um patamar cada vez melhor, mas não vão buscar essa saciedade das necessidades por meio da exploração e criação de dependência de outros povos, mas por outros meios de desenvolvimento, como o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul, visto que estão priorizando a relação com países emergentes, ao invés de países desenvolvidos.

A partir deste estudo, pode-se concluir que para estudar a sociedade civil organizada dos diferentes países é importante observar a formação cultural destes, uma

vez que ela impactará diretamente nas demandas dessa sociedade. Também, as estratégias e a forma dessas estratégias determinarão o sucesso ou o fracasso das ações desta perante os Estados e organizações. Desse modo, cabe combinar ambas as análises, pois os diferentes os atores perante os quais a sociedade civil atuará, pedirão uma estratégia diferente.

Por fim, esta pesquisa pode contribuir para determinar as categorias de análise em contextos organizacionais semelhantes, como a União Africana, o Mercosul e demais organizações provenientes do Sul Global. Também é possível analisar a atuação da sociedade civil junto à União Europeia a partir dessas categorias, para fins comparativos.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Laís Bretones de. A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI. 2014. 30 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ARTICULAÇÃO SUL, OXFAM BRASIL E REBRIP. Sociedade Civil e o Novo Banco de Desenvolvimento: Aonde estamos e para onde vamos?, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/publicacoes/sociedade_civil_e_o_novo_banco_de_desenvolvimento.pdf>. Acesso em 09 de fevereiro de 2018.1

AZZI, Diego e MINEIRO, Adhemar. Banco dos BRICS: mais uma peça no quebra-cabeça das finanças internacionais?, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/banco-dos-brics-mais-uma-pecano-quebra-cabeça-das-financas-internacionais>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2018.

BALLESTRIN, Luciana e LOSEKANN, Cristiana. A abertura do conceito de Sociedade Civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global, 2013.

BANDEIRA, Luiza. ‘Cidade fechada’: ONGs ficam fora de encontro dos Brics na Rússia. BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150709_ongs_brics_encontro_lb_rb>. Acesso em 3 de abril de 2016.

BARBOSA, Muryatan Santana. A crítica Pós-Colonial no pensamento indiano contemporâneo, 2010. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_39_MSBarbosa.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2016.

BEGHIN, Nathalie. Novo banco de desenvolvimento: realmente novo ou mais do mesmo?. Inesc, mar./2017. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/marco/novo-banco-de-desenvolvimento-realmente-novo-ou-mais-do-mesmo>>. Acesso em: 10 abr. 2018

CAMBI, Eduardo. Corrupção e Educação. Revista Expressão-Ano 4-Número 1-2015, v. 1, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://apps.unibrasil.com.br/revistaexpressao/index.php/REVEXP4/article/download/154/129>>. Acesso em 11 de abril de 2018.

CELISO, Paciornik. As incertezas e o pós-colonialismo no Oriente Médio, 2013. ESTADÃO –Internacional. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,as-incertezas-e-o-pos-colonialismo-no-orient-medio-imp-,983677>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

COMAROFF, John L. Images of empire, contests of conscience: models of colonial domination in South Africa. American ethnologist, v. 16, n. 4, p. 661-685, 1989. Disponível em: <<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/ae.1989.16.4.02a00040#citedby-section>> . Acesso em 10 de abril de 2018.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Banco dos Brics, 2016. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/empresas-e-direitos-humanos/noticia/43612-banco-dos-brics>>. Acesso em 23 de abril de 2016.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Banco dos BRICS: Uma alternativa viável, porém sustentável?, 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/empresas-e-direitos-humanos/noticia/6478-banco-dos-brics-uma-alternativa-viavel-porem-sustentavel>>. Acesso em 3 de abril de 2016.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. VI Cúpula dos BRICS – Declaração final traz mais cifras e menos direitos humanos, 2014. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/24201-vi-cupula-dos-brics>>. Acesso em 2 de abril de 2016.

DA SILVA, Carlos Eduardo Lins. BRICS: From smart acronym to influential forum. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014

DA SILVA, Darly Henriques; FURTADO, Natan Marques. Os BRICS e a Nova Divisão Internacional do Trabalho liderada pela Inovação.

DUBEY, Sunita e KRISHNASWAMY, Srinivas. A Índia nos BRICS: Sua importância tanto do ponto de vista doméstico quanto global. Os BRICS e a Participação Social sob a Perspectiva de Organizações da Sociedade Civil, 2013

ÉPOCA NEGÓCIOS. O poder dos brics: conheça os países que formam o grupo. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/mundo/noticia/2017/09/o-poder-dos-brics-conheca-os-paises-que-formam-o-grupo.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

EUSTÁQUIO, Waldeir. VI Cúpula do BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento, movimento complementar ou alternativo ao Sistema Global?, 2014. Disponível em: <<https://grupoemergentes.wordpress.com/2014/07/18/vi-cupula-do-brics-e-o-novo-banco-de-desenvolvimento-movimento-complementar-ou-alternativo-ao-sistema-global/>>. Acesso em: 23/06/17.

FOLHA DE SÃO PAULO. Santander Brasil e banco dos BRICS fazem parceria para infraestrutura, 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1949353-santander-brasil-e-banco-dos-brics-fazem-parceria-para-infraestrutura.shtml>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E GESTORES MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Redes transnacionais da sociedade civil e os BRICS. Disponível em: <<https://blogfonari.wordpress.com/2016/04/15/redes-transnacionais-da-sociedade-civil-e-os-brics/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil contemporâneo, 2010.

GONZALEZ, Amelia. Reunião da Sociedade Civil com Banco dos BRICS em Shangai gerou reflexão sobre desenvolvimento, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/reuniao-da-sociedade-civil-com-banco-dos-brics-em-shangai-gerou-reflexao-sobre-desenvolvimento.html>>. Acesso em 9 de fevereiro de 2018.

GROVOGUI, Siba N. *International Relations Theory: Discipline and Diversity*. 13 – Postcolonialism, 2013

GUERRERO, Dorothy-Grace. *A Ascensão da China e as Economias Emergentes. Os BRICS e a Participação Social sob a Perspectiva de Organizações da Sociedade Civil*, 2013.

HELD, David, et al. *Global Transformations*, 1999.

HOCHSTETLER, Kathryn e SIERRA, Jazmin. *Transnational Activists Networks and rising powers: transparency and environmental concerns in the Brazilian National Development Bank*, 2017.

INESC. *Sociedade civil incide sobre agenda dos BRICS e esclarece novo banco do bloco*, 2014. Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2014-1/julho/sociedade-civil-incide-sobre-agenda-dos-brics-e-esclarece-novo-banco-do-bloco-1>>. Acesso em 3 de abril de 2016.

INESC. *Sociedade Civil participa dos eventos paralelos a V Cúpula dos BRICS*, 2013. Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/biblioteca/inesc-noticia/2013/edicao-no-4-8-04-2013/sociedade-civil-participa-dos-eventos-paralelos-da-v-cupula-do-brics>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Conheça os BRICS*. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>>. Acesso em 2 de abril de 2016.

ITAMARATY. *Novo Banco de Desenvolvimento se reúne para debater adesão de novos membros*, 2017. Disponível em: < <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/junho/novo-banco-de-desenvolvimento-se-reune-para-debater-adesao-de-novos-membros>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2018

ITAMARATY. *O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2018.

KECK, Margaret E. e SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics*, 1998.

KUBAYANDA, Joseph B. *On Discourse Of Decolonization In Africa And The Caribbean*, 1989. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/41491353>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

MELO, Fátima. *Carta Capital. Um BRICS para os povos*, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/um-brics-para-os-povos-2568.html>>. Acesso em 23 de abril de 2016.

MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates*. 8 – Perspectivas alternativas: feminismo e pós-colonialismo, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *BRICS defendem ação conjunta de enfrentamento à tuberculose em reunião da OMS*. Disponível em:

<<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42407-brics-defendem-acao-conjunta-de-enfrentamento-a-tuberculose-em-reuniao-da-oms>>. Acesso em: 10 abr. 2018

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS. Primeira Declaração. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao>. Acesso em: 1º de abril de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. IX Cúpula Do Brics – Declaração De Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MUKHERJEE, Aditya. Da Globalização Colonial à Globalização Pós-Colonial: O não alinhamento e a Cooperação Sul-Sul, 2012.

NEW DEVELOPMENT BANK. Projects. Disponível em: <<https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

O'NEIL, Jim. Building Better Global Economy BRICS, 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em 1º de abril de 2016.

OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL. Brasil, Rússia, Índia, China e África Do Sul (BRICS): Documento De Recomendações Políticas. Disponível em: <<http://www.obs.org.br/integracao/1092-brasil-russia-india-china-e-afrika-do-sul-brics-documento-de-recomendacoes-politicas>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

OLIVEIRA, Laura De. Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Editora da Universidade Estadual de Maringá - EDUEM, 2015. 233-234 p.

ONU BRASIL. BRICS podem ter papel de liderança no combate à fome, diz agência da ONU, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brics-podem-ter-papel-de-liderancano-combate-a-fome-diz-agencia-onu/>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

OXFAM BRASIL. Cooperação Sul-Sul e BRICS. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/o-que-fazemos/cooperacao-sul-sul-e-brics>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2016

REBRIP - REDE BRASILEIRA PELOS POVOS. Rebrip participa de diálogo com organizações da sociedade civil dos brics e cobra ampliação de espaço de diálogo. Disponível em: <<http://www.rebrip.org.br/noticias/rebrip-participa-de-dialogo-com-organizacoes-da-sociedade-civil-dos-brics-e-cobr-c86a/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

REIS, Maria Edileuza Fotenele. BRICS: Genesis and Evolution. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014.

RISSE-KAPPEN, T. (Ed.). (1995). Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions (Cambridge Studies in International Relations). Cambridge: Cambridge University Press.
doi:10.1017/CBO9780511598760

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo, 1995.

SALEK, Silvia. Líderes dos BRICS fazem primeira reunião. BBC Brasil, 2009.
Disponível em: <
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090616_bricsreuniao_ss.shtml>.
Acesso em 1º de abril de 2016.

SAMPAIO, Thiago Henrique. As considerações de Marx sobre as Guerras do Ópio e suas consequências na sociedade chinesa (1839-1860). Revista Espaço Acadêmico, v. 15, n. 174, p. 79-89, 2015. Disponível em:
<<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27534>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

SAMPAIO, Thiago Henrique. O Discurso De Karl Marx ao Domínio Britânico na Índia e suas considerações sobre a Revolta dos Cipayos (1857-1859). Revista de História da UEG, São paulo, v. 5, n. 1, p. 203-218, 2016. Disponível em:
<<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3965/3457>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial e para além de um e outro, 2004. Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2016

SANTOS, Boaventura de Sousa. Globalizations, 2006.

SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais. 6 – A globalização: Anjo e demônio da sociedade, 2013.

SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the critique of International Relations, 2011.

SEVERO, Leonardo. Central Única dos Trabalhadores. Movimentos sociais debatem o BRICS na perspectiva dos povos, 2014. Disponível em:
<<http://www.cut.org.br/noticias/movimentos-sociais-debatem-os-brics-na-perspectiva-dos-povos-893b/>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

SHELTON-ZUMPARO, Petras. A segurança energética e o desenvolvimento sustentável dos BRICS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/petras_shelton-zumpano/publication/273755071_a_seguranca_energetica_e_o_desenvolvimento_sustentavel_dos_brics/links/55fc496908aeb1d9f3d41a5/a-seguranca-energetica-e-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-brics.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS. BRICS deve assumir compromisso com trabalho decente. Disponível em: <<http://metalurgicos.org.br/noticias/movimento-sindical/brics-sindical/brics-deve-assumir-compromisso-com-trabalho-decente-2/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

STUENKEL, Oliver. Emerging Powers and Status: The case of the first BRICS Summit, 2014

TAUTZ, Carlos. Banco dos BRICS: oportunidade histórica para a sociedade civil. Heinrich Boll Stiftung Brasil. Disponível em: < <https://br.boell.org/pt-br/2013/01/16/banco-dos-brics-oportunidade-historica-para-sociedade-civil>> . Acesso em 22 de abril de 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. The political-strategic dimension of BRICS: between panacea and skepticism. Brazil, BRICS and the International Agenda, 2014.